

**Oi S.A. e
sociedades controladas**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou “BrT”, é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da controlada indireta TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; e (iii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 12 de novembro de 2013, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de novembro de 2013.

Reforma do Estatuto Social da Companhia

Em reunião da AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, no dia 7 de novembro de 2012, foi aprovada a reforma de seu Estatuto Social a fim de adaptá-lo às novas regras do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o ingresso da Companhia no referido nível de governança.

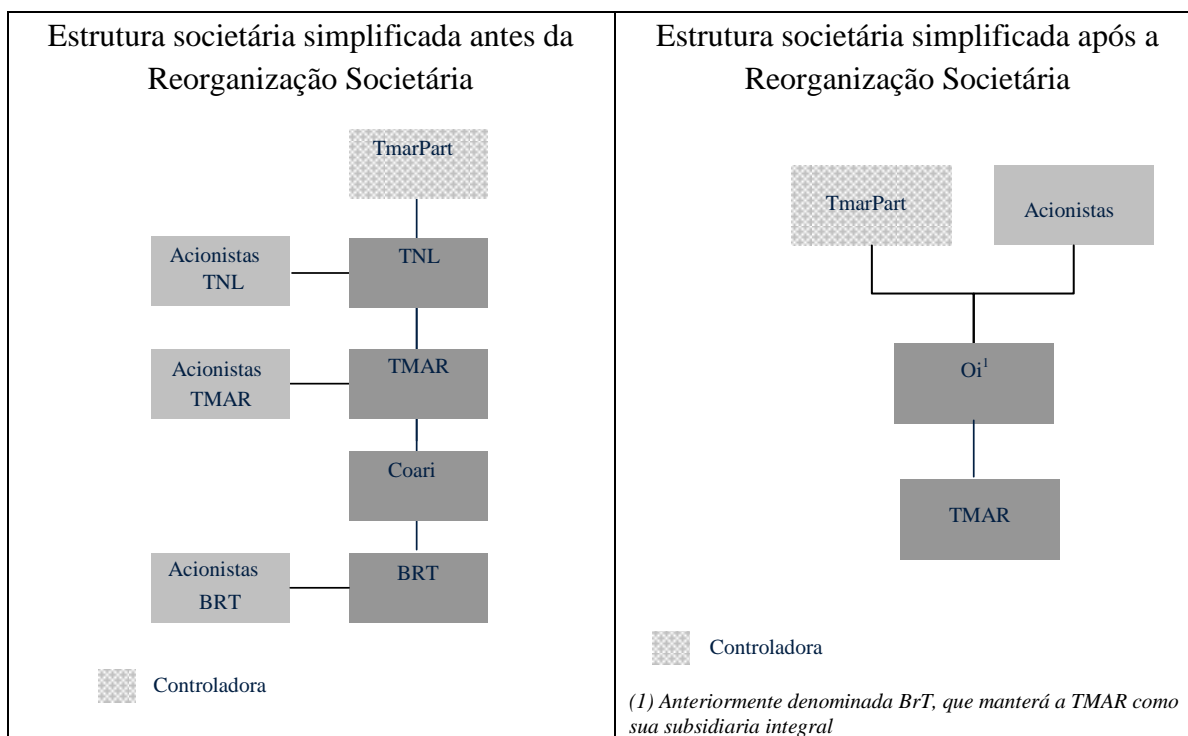
Reorganizações Societárias em 2012

Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), TMAR, Coari Participações S.A. (“Coari”) e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em consequência, foram emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$ 6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$ 2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

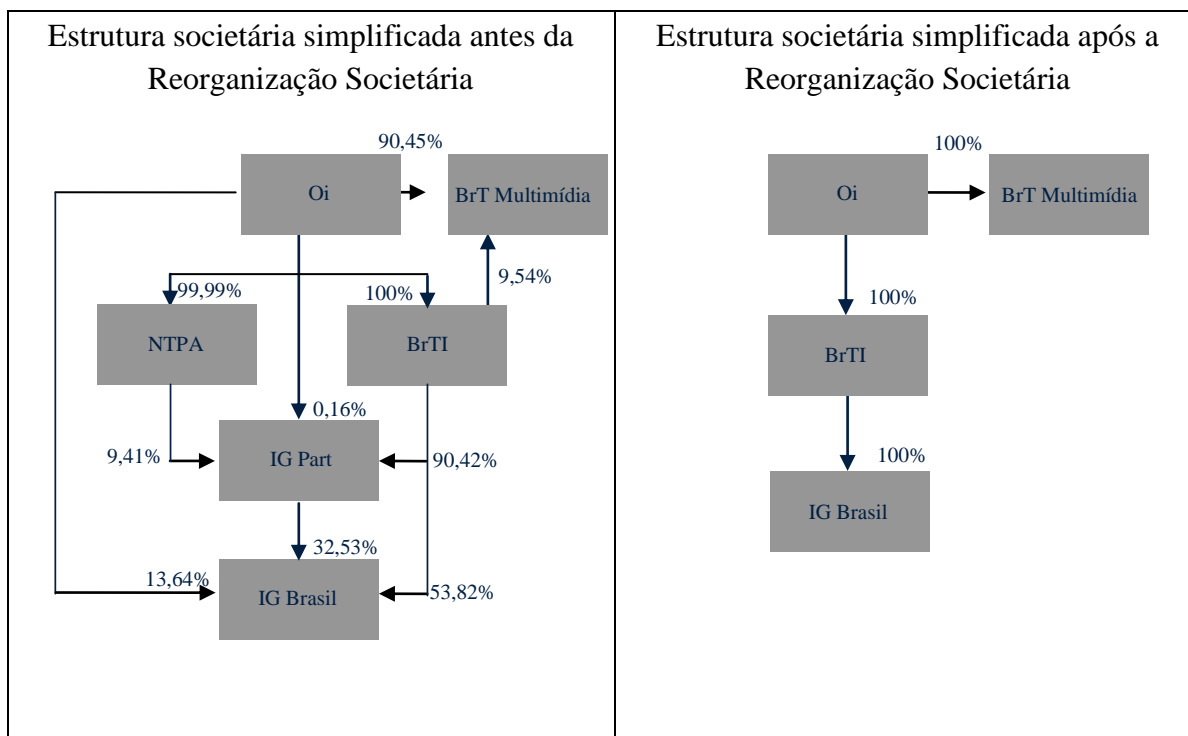
A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente. O aumento no patrimônio líquido da Companhia e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante monta a R\$4.146.035.

Em decorrência da Reorganização Societária os saldos patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram impactados a partir da data da aprovação da operação, em 27 de fevereiro de 2012, e no que se refere ao resultado a partir de 28 de fevereiro de 2012, quando começaram a incluir os saldos e transações decorrentes das operações da TMAR e controladas.

Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo iG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrT Internet (“BrTI”), pela Companhia, no valor de R\$ 51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Companhia na NTPA (99,99%), iG Participações (“iG Part”) (0,16%) e iG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$ 48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Companhia (iii)

incorporação da iG Part pela iG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a iG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.



Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo “holdings” e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação da estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

- i. Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- ii. Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;
- iii. Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- iv. Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e
- v. Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

Reorganização Societária de 2013

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Companhia a aumentar o capital social na sua controlada integral TMAR, através da transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “intercompany”. Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2013 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2013 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2012, exceto pelas descritas no item 2.2 a seguir, as quais já estão refletidas no saldo de 31 de dezembro de 2012, apresentados nesse ITR.

A Companhia reapresentou espontaneamente suas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em 30 de abril de 2013.

2.2 Adoção de nova prática contábil

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e 30 de setembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 18 (R2), com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013. Tais ajustes seguem apresentados nos quadros abaixo:

	Controladora		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Ganhos e perdas atuariais (i)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Ativo circulante	7.369.215		7.369.215
Caixa e equivalentes de caixa	1.043.984		1.043.984
Aplicações financeiras	853.277		853.277
Instrumentos financeiros derivativos	381.866		381.866
Contas a receber	1.756.800		1.756.800
Estoques	13.741		13.741
Tributos correntes a recuperar	119.361		119.361
Outros tributos	561.669		561.669
Depósitos e bloqueios judiciais	1.728.996		1.728.996
Dividendos e juros sobre o capital próprio	663.884		663.884
Ativo relacionado aos fundos de pensão	8.653		8.653
Demais ativos	236.984		236.984
Ativo não circulante	40.470.963	81.102	40.552.065
Créditos com partes relacionadas	1.501		1.501
Aplicações financeiras	14.277		14.277
Instrumentos financeiros derivativos	246.164		246.164
Tributos diferidos a recuperar	4.333.272	107.434	4.440.706
Outros tributos	243.987		243.987
Depósitos e bloqueios judiciais	5.998.197		5.998.197
Ativo relacionado aos fundos de pensão	99.242	(27.604)	71.638
Ativos mantidos para venda	24.508		24.508
Demais ativos	38.366		38.366
Investimentos	24.462.916	1.272	24.464.188
Imobilizado	4.723.563		4.723.563
Intangível	284.970		284.970
Ativo total	47.840.178	81.102	47.921.280
Passivo circulante	7.299.356		7.299.356
Salários, encargos sociais e benefícios	235.174		235.174
Fornecedores	1.567.710		1.567.710
Empréstimos e financiamentos	1.877.195		1.877.195
Instrumentos financeiros derivativos	194.405		194.405
Tributos correntes a recolher	66.539		66.539
Outros tributos	1.097.494		1.097.494
Dividendos e juros sobre o capital próprio	642.633		642.633
Autorizações e concessões a pagar	49.426		49.426
Programa de refinanciamento fiscal	49.828		49.828
Provisões	1.080.455		1.080.455
Provisões para fundos de pensão	103.666		103.666
Demais obrigações	334.831		334.831
Passivo não circulante	29.224.268	288.379	29.512.647
Empréstimos e financiamentos	24.554.280		24.554.280
Instrumentos financeiros derivativos	125.321		125.321
Outros tributos	497.670		497.670
Programa de refinanciamento fiscal	492.830		492.830
Provisões	2.981.618		2.981.618
Provisões para fundos de pensão	477.773	288.379	766.152
Demais obrigações	94.776		94.776
Patrimônio líquido	11.316.554	(207.277)	11.109.277
Capital social	7.308.753		7.308.753
Custo de emissão de ações	(56.609)		(56.609)
Reservas de capital	4.302.535		4.302.535
Reservas de lucro	1.330.977		1.330.977
Ações em tesouraria	(2.104.524)		(2.104.524)
Outros resultados abrangentes	140.184	(207.277)	(67.093)
Variação de porcentagem de participação	3.916		3.916
Dividendos adicionais propostos	391.322		391.322
Passivo total	47.840.178	81.102	47.921.280

	Consolidado			
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Ganhos e perdas atuariais (i)	Investimento controlado em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Ativo circulante	21.144.786		(6.817)	21.137.969
Caixa e equivalentes de caixa	4.413.042		(4.881)	4.408.161
Aplicações financeiras	2.425.907			2.425.907
Instrumentos financeiros derivativos	640.229			640.229
Contas a receber	7.018.497		(964)	7.017.533
Estoques	385.165			385.165
Tributos correntes a recuperar	1.726.369		(54)	1.726.315
Outros tributos	1.557.177			1.557.177
Depósitos e bloqueios judiciais	2.068.315			2.068.315
Ativo relacionado aos fundos de pensão	9.311			9.311
Demais ativos	900.774		(918)	899.856
Ativo não circulante	47.932.108	79.372	605	48.012.085
Aplicações financeiras	63.692			63.692
Instrumentos financeiros derivativos	348.870			348.870
Tributos diferidos a recuperar	8.210.906	106.779	(1.710)	8.315.975
Outros tributos	738.019			738.019
Ativo financeiro disponível para venda	905.829			905.829
Depósitos e bloqueios judiciais	9.722.731		(206)	9.722.525
Ativo relacionado aos fundos de pensão	101.114	(27.407)		73.707
Ativos mantidos para venda	94.522			94.522
Demais ativos	318.500		(47.798)	270.702
Investimentos	80.712		98.882	179.594
Imobilizado	23.110.061		(6.963)	23.103.098
Intangível	4.237.152		(41.600)	4.195.552
Ativo total	69.076.894	79.372	(6.212)	69.150.054
Passivo circulante	17.096.423		(3.317)	17.093.106
Salários, encargos sociais e benefícios	774.166		(1.031)	773.135
Fornecedores	4.658.849		(914)	4.657.935
Empréstimos e financiamentos	3.113.621			3.113.621
Instrumentos financeiros derivativos	309.555			309.555
Tributos correntes a recolher	1.065.754			1.065.754
Outros tributos	2.248.075		(233)	2.247.842
Dividendos e juros sobre o capital próprio	655.306			655.306
Autorizações e concessões a pagar	1.058.881			1.058.881
Programa de refinanciamento fiscal	99.732			99.732
Provisões	1.569.356			1.569.356
Provisões para fundos de pensão	103.666			103.666
Demais obrigações	1.439.462		(1.139)	1.438.323
Passivo não circulante	40.663.917	286.649	(2.895)	40.947.671
Empréstimos e financiamentos	30.232.468			30.232.468
Instrumentos financeiros derivativos	204.742			204.742
Outros tributos	2.238.571			2.238.571
Autorizações e concessões a pagar	1.099.116			1.099.116
Programa de refinanciamento fiscal	985.367			985.367
Provisões	4.851.273		(992)	4.850.281
Provisões para fundos de pensão	480.471	286.649		767.120
Demais obrigações	571.909		(1.903)	570.006
Patrimônio líquido	11.316.554	(207.277)		11.109.277
Capital social	7.308.753			7.308.753
Custo de emissão de ações	(56.609)			(56.609)
Reservas de capital	4.302.535			4.302.535
Reservas de lucro	1.330.977			1.330.977
Ações em tesouraria	(2.104.524)			(2.104.524)
Outros resultados abrangentes	140.184	(207.277)		(67.093)
Variação de porcentagem de participação	3.916			3.916
Dividendos adicionais propostos	391.322			391.322
Passivo total	69.076.894	79.372	(6.212)	69.150.054

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido originalmente apresentado	11.316.554	11.316.554
Participações dos não controladores originalmente apresentada		
Patrimônio líquido total	11.316.554	11.316.554
Ajustes:		
Ganhos e (perdas) atuariais (i)	(208.549)	(207.277)
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	1.272	
	(207.277)	(207.277)
Atribuído a:		
Controlador	(207.277)	(207.277)
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	11.109.277	11.109.277
Atribuído a:		
Controlador	11.109.277	11.109.277
Não controladores		

Conciliação do lucro líquido para o período findo em 30 de setembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 30/09/2012	Investimento controlado em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 30/09/2012
Receita de venda de bens e/ou serviços	17.779.308	(5.722)	17.773.586
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(8.766.935)	1.896	(8.765.039)
Resultado bruto	9.012.373	(3.826)	9.008.547
Despesas/Receitas operacionais	(5.742.260)	2.621	(5.739.639)
Despesas com vendas	(3.430.356)	4.572	(3.425.784)
Despesas gerais e administrativas	(2.168.711)	3.621	(2.165.090)
Outras receitas operacionais	1.180.211	(9.895)	1.170.316
Outras despesas operacionais	(1.323.404)	4.323	(1.319.081)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	3.270.113	(1.205)	3.268.908
Resultado financeiro	(1.482.076)	(160)	(1.482.236)
Receitas financeiras	1.960.376	(168)	1.960.208
Despesas financeiras	(3.442.452)	8	(3.442.444)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.788.037	(1.365)	1.786.672
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(409.812)	1.365	(408.447)
Corrente	(813.587)	877	(812.710)
Diferido	403.775	488	404.263
Resultado líquido das operações continuadas	1.378.225		1.378.225
Lucro/Prejuízo consolidado do período	1.378.225		1.378.225
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.373.604		1.373.604
Atribuído a sócios não controladores	4.621		4.621

Conciliação dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de setembro de 2012:

Fluxos de caixa	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 30/09/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos ajustados em 30/09/2012
Atividades operacionais	4.271.658	(7.506)	4.264.152
Atividades de investimentos	(5.207.542)	3.266	(5.204.276)
Atividades de financiamentos	(471.686)		(471.686)

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

(ii) Empreendimento controlado em conjunto

O CPC 18 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de setembro de 2013, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração a Diretriz

de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2013.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			30/09/2013			
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa (1)	Valor justo	Nível 2	463.331	463.331	2.922.312	2.922.312
Aplicações financeiras (1)	Valor justo	Nível 2	35.297	35.297	493.102	493.102
Contas a receber (iv) (1)	Custo amortizado		1.816.879	1.816.879	6.983.689	6.983.689
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	958.797	958.797	1.588.348	1.588.348
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado		552.833	552.833	157	157
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		197.888	197.888		
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	Nível 1			901.196	901.196
Passivos						
Fornecedores (iv) (1)	Custo amortizado		1.566.501	1.566.501	3.975.785	3.975.785
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado		12.352.158	11.401.032	25.410.951	24.459.825
Debêntures	Custo amortizado		10.350.945	10.563.045	9.320.042	9.313.871
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	667.933	667.933	909.884	909.884
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		696.761	696.761	688.564	688.564
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado				1.418.672	1.418.672
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		531.501	531.501	1.013.712	1.013.712
Obrigação de compra de participação acionária	Custo amortizado		408.638	408.638	408.638	408.638

(1) Não considera a transferência de valores para ativos e passivos não circulantes mantidos para a venda.

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			31/12/2012			
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	1.020.224	1.020.224	4.061.344	4.061.344
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	867.554	867.554	2.489.599	2.489.599
Contas a receber (iv)	Custo amortizado		1.756.800	1.756.800	7.017.533	7.017.533
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	628.030	628.030	989.099	989.099
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado		663.884	663.884		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		1.501	1.501		
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	Nível 1			905.829	905.829
Passivos						
Fornecedores (iv)	Custo amortizado		1.567.710	1.567.710	4.657.935	4.657.935
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado		12.828.637	13.466.814	25.169.701	25.807.878
Debêntures	Custo amortizado		13.602.838	14.548.228	8.176.388	8.457.517
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	319.726	319.726	514.297	514.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		642.634	642.634	655.306	655.306
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado		49.426	49.426	2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		542.658	542.658	1.085.099	1.085.099

(i) Corresponde a 10% de participação acionária na PT – Portugal Telecom da TMAR.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

No período findo em 30 de setembro de 2013, a TMAR apurou desvalorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Companhia de R\$ 4.633, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 3.058.

Em consonância com o CPC 38/IAS 32 e 39, a controlada direta TMAR reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 13,97% (31/12/2012 – 6,71%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	13.388	13.388	27.565	27.565
Aplicações financeiras	776	776	140	140

	CONSOLIDADO			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	511.502	511.502	449.791	449.791
Aplicações financeiras	27.127	27.127	13.246	13.246
Ativo financeiro disponível para venda	901.196	901.196	905.829	905.829

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 40,9% (31/12/2012 – 39,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 98,7% (31/12/2012 – 97%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 30 de setembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Ganho (perda) com “swap” cambial	66.727	(5.096)	53.811	(26.814)
Operações de termo em moedas	(124.508)	(65.145)	(160.216)	(65.145)
Total	(57.781)	(70.241)	(106.405)	(91.959)

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Ganho (perda) com “swap” cambial	164.263	147.172	341.528	449.801
Operações de termo em moedas	271.925	403.637	226.273	470.954
Total	436.188	550.809	567.801	920.755

Em 30 de setembro de 2013, foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2012	128.127	128.127
Resultado dos “hedges” designados	(17.440)	(21.855)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(7.020)	(7.389)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	6.786	7.717
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	6.009	7.319
“Hedge” reflexo de controlada	(2.543)	
Saldo em 30/09/2013	113.919	113.919

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos “swap” estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONTROLADORA					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
					Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 3,84% à 5,50%	abr/2019 a fev/2022	3.623.750	1.266.970	3.815.103	1.445.505
Posição passiva	CDI 83,55% à 109,35%	abr/2019 a fev/2022	(3.623.750)	(1.266.970)	(3.431.077)	(1.098.222)
Valor líquido					384.026	347.283
Contratos de “swap cross currency” US\$/Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ 3,32% à 5,50%	out/2020	1.561.000	1.430.450	1.692.932	1.610.741
Posição passiva	R\$ 7,30% à 12,82%	out/2020	(1.561.000)	(1.430.450)	(1.391.734)	(1.536.258)
Valor líquido					301.198	74.483

Contraparte:

(i) – BES, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley e Santander.

(ii) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley.

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
					Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 2,21% à 5,50%	jul/2015 a mai/2022	4.252.486	1.703.023	4.464.390	1.916.017
Posição passiva	CDI 70,40% à 109,35%	jul/2015 a mai/2022	(4.252.486)	(1.703.023)	(4.078.291)	(1.632.472)
Valor líquido					386.099	283.545
Contratos de “swap cross currency” US\$/Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ 3,32% à 5,50%	out/2020	1.561.000	1.430.450	1.692.932	1.610.742
Posição passiva	R\$ 7,30% à 12,82%	out/2020	(1.561.000)	(1.430.450)	(1.391.734)	(1.536.258)
Valor líquido					301.198	74.484
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 0,90% à 2,50%	fev/2016 a fev/2021	2.128.869	1.836.024	2.145.945	1.865.155
Posição passiva	CDI 88,65% à 109,54%	fev/2016 a fev/2021	(2.128.869)	(1.836.024)	(1.800.216)	(1.678.765)
Valor líquido					345.729	186.390

Contraparte:

(i) - BES, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Itaú BBA, Citibank e Santander.

(ii) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley.

(iii) - BNP Paribas, Goldman Sachs, HSBC, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander e Credit Agricole.

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 3,00% à 5,58%	nov/2014 a fev/2022	283.283	307.203	314.997	340.674
Posição passiva	CDI 100,00% à 110,00%	nov/2014 a fev/2022	(283.283)	(307.203)	(301.880)	(344.928)
Valor líquido					13.117	(4.254)
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$ (ii)						
Posição ativa	CDI 100,00%	fev/2016	169.129	197.318	175.412	200.162
Posição passiva	US\$ 4,13% à 4,68%	fev/2016	(169.129)	(197.318)	(203.869)	(218.733)
Valor líquido					(28.457)	(18.571)

Contraparte:

(i) - Citibank, Deutsche, Santander.

(ii) - Merrill Lynch.

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF “*Non Deliverable Forward*” estão resumidos a seguir:

	CONTROLADORA						
	Indexador	“Forward”	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
				30/09/2013	31/12/2012	Valores a (pagar) / a receber	
						30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “ <i>Non Delivery Forward</i> ” US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	2,2202 a 2,3700	out/2013 à nov/2013				
Posição líquida				2.309.367	4.659.007	(140.532)	(99.311)
Contratos de “ <i>Non Delivery Forward</i> ” EUR /R\$ (NDF) (ii)	EUR	3,0630 a 3,1500	out/2013 à nov/2013				
Posição líquida				2.351.380	2.020.500	(101.572)	(3.721)

Contraparte:

(i) - BES, Bradesco, Goldman Sachs, HSBC, Merrill Lynch, JP Morgan, Santander.

(ii) – BES, Bradesco, HSBC, Deutsche.

	CONSOLIDADO						
	Indexador	“Forward”	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
				30/09/2013	31/12/2012	Valores a (pagar) / a receber	
						30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “ <i>Non Delivery Forward</i> ” US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	2,2202 a 2,3700	out/2013 à nov/2013				
Posição líquida				3.255.367	5.076.987	(199.962)	(106.416)
Contratos de “ <i>Non Delivery Forward</i> ” EUR /R\$ (NDF) (ii)	EUR	3,0630 a 3,1500	out/2013 à nov/2013				
Posição líquida				2.351.380	2.020.500	(101.572)	(3.721)

Contraparte:

(i) - BES, Bradesco, Goldman Sachs, HSBC, Merrill Lynch, JP Morgan, Santander.

(ii) - BES, Bradesco e HSBC, Deutsche.

Contratos de NDF “*Non Deliverable Forward*”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2013, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de setembro de 2013. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/09/2013	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	2,2300	0%
Euro	3,0181	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,7875	25%
Euro	3,7726	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	3,3450	50%
Euro	4,5272	50%

Em 30 de setembro de 2013, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
30/09/2013				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.429.227	5.536.534	6.643.841
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.544.159)	(9.430.199)	(11.316.239)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(14.164)	(17.705)	(21.246)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.368.535	2.960.669	3.552.803
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.262.409)	(2.828.011)	(3.393.614)
Total vinculado a taxas de câmbio		(3.022.970)	(3.778.712)	(4.534.455)

CONSOLIDADO				
30/09/2013				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	12.077.554	15.096.943	18.116.331
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(11.457.082)	(14.321.353)	(17.185.623)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(463.532)	(579.415)	(695.298)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.368.535	2.960.669	3.552.803
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.262.409)	(2.828.011)	(3.393.614)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(75.097)	(93.871)	(112.646)
Total vinculado a taxas de câmbio		187.969	234.962	281.953

(d) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Equivalentes de caixa	449.943	449.943	992.659	992.659
Aplicações financeiras	34.521	34.521	867.414	867.414
Créditos com partes relacionadas	197.888	197.888	1.501	1.501

	CONSOLIDADO			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Equivalentes de caixa	2.410.810	2.410.810	3.616.377	3.616.377
Aplicações financeiras	465.975	465.975	2.476.353	2.476.353

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 30 de setembro de 2013, aproximadamente 63,4% (31/12/2012 – 65,4%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 75,1% (31/12/2012 – 70,3%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Em 30 de setembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	25.170	(327.491)	93.646	3.510
Total	25.170	(327.491)	93.646	3.510

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(28.330)	(319.445)	63.431	10.196
Total	(28.330)	(319.445)	63.431	10.196

Em 30 de setembro de 2013, foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2012	12.057	12.057
Resultado dos “hedges” designados	(46.405)	(44.504)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	153	124
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	1.372	113
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	15.259	15.051
“Hedge” reflexo de controlada	405	
Saldo em 30/09/2013	(17.159)	(17.159)

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONTROLADORA					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			30/09/2013	31/12/2012	Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “swap” Pré/DI (i)						
Posição ativa	Pré 11,00% à 12,82%	out/2020	744.045	368.885	783.873	430.848
Posição passiva	CDI 99,70% à 113,70%	out/2020	(744.045)	(368.885)	(792.134)	(389.659)
Valor líquido					(8.261)	41.189

Contraparte:

(i) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley.

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
			30/09/2013	31/12/2012	Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “swap” Pré/DI (i)						
Posição ativa	Pré 11,00% à 12,82%	out/2020	744.045	368.885	783.873	430.848
Posição passiva	CDI 99,70% à 113,70%	out/2020	(744.045)	(368.885)	(792.134)	(389.659)
Valor líquido					(8.261)	41.189
Contratos de “swap” US\$ Libor/US\$ Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 0,80%	jul/2015	121.636	167.195	121.520	168.120
Posição passiva	US\$ 3,62% à 3,82%	jul/2015	(121.636)	(167.195)	(125.343)	(174.899)
Valor líquido					(3.823)	(6.779)

Contraparte:

(i) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley.

(ii) - Itaú BBA.

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONTROLADORA					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
			30/09/2013	31/12/2012	Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contratos de “swap” CDI+ “spread”/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013		270.000		276.646
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013		(270.000)		(276.258)
Valor líquido						388
Contratos de “swap” Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% à 12,82%	out/2020		375.160		440.315
Posição passiva	CDI 99,70% à 102,50%	out/2020		(375.160)		(382.869)
Valor líquido						57.446
Contratos de “swap” US Libor/US\$ Pré (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2022	3.323.447	3.045.500	3.681.855	5.822.175
Posição passiva	US\$ 5,875%	fev/2022	(3.323.447)	(3.045.500)	(3.825.850)	(5.931.628)
Valor líquido					(143.995)	(109.453)

Contraparte:

(i) - Citibank S.A.

(ii) - Merrill Lynch e Morgan Stanley.

(iii) - Morgan Stanley.

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
			30/09/2013	31/12/2012	Valores a (pagar)/ a receber	30/09/2013
Contratos de “swap” CDI+ “spread”/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013		270.000		276.646
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013		(270.000)		(276.258)
Valor líquido						388
Contratos de “swap” Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% à 12,82%	out/2020		375.160		440.315
Posição passiva	CDI 99,70% à 102,50%	out/2020		(375.160)		(382.869)
Valor líquido						57.446
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2016 a fev/2022	4.253.560	3.910.458	4.594.279	6.663.293
Posição passiva	US\$ 1,58% à 5,875%	fev/2016 a fev/2022	(4.253.560)	(3.910.458)	(4.763.878)	(6.801.646)
Valor líquido					(169.599)	(138.353)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR (iv)						
Posição ativa	US\$ 5,875%	fev/2022	3.323.447	3.045.500	3.825.850	5.931.629
Posição passiva	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2022	(3.323.447)	(3.045.500)	(3.681.855)	(5.822.175)
Valor líquido					143.995	109.454

Contraparte:

(i) - Citibank S.A.

(ii) - Merrill Lynch e Morgan Stanley.

(iii) - Citibank , Merrill Lynch, Morgan Stanley, Société Generale.

(iv) - Morgan Stanley.

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

CDI+ “*Spread*”/CDI: Refere-se a operação de “*swap*” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “*spread*”. Neste contrato, a posição ativa é em CDI mais “*spread*” e a posição passiva é em percentual do CDI.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “*swap*” de taxa de juros para conversão de uma posição de “*swap*” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2013, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar que, a taxa TJLP se mantém estável, em 6% a.a., desde julho de 2009 até junho de 2012 e em julho de 2012, esta foi reduzida para 5,5% a.a., mantida neste patamar até dezembro de 2012, quando ocorreu nova redução, desta vez para 5,0% a.a.

30/09/2013								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
8,71	5,00	0,3685	10,89	6,25	0,4606	13,07	7,50	0,5528

Em 30 de setembro de 2013, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
30/09/2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.599.986	3.131.173	3.659.960
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	2.735.199	3.380.803	4.020.270
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	149.685	170.546	196.745
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(926.957)	(941.962)	(956.966)
Total vinculado a taxas de juros		4.557.913	5.740.560	6.920.009

CONSOLIDADO				
30/09/2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	3.686.909	4.420.816	5.150.256
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.455.730	4.245.813	5.028.410
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.227.832	1.400.413	1.609.295
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	216.799	221.987	227.173
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(126.637)	(130.886)	(135.135)
Total vinculado a taxas de juros		8.460.633	10.158.143	11.879.999

(e) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dadas dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	1.453.154	3.625.618	6.951.944	3.782.679	15.813.395
Debêntures (i)	2.944.903	2.412.842	4.852.651	4.452.874	14.663.270
Fornecedores (ii)	282.032				282.032

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	4.496.112	11.011.782	8.652.416	10.028.137	34.188.447
Debêntures (i)	2.917.202	2.240.549	3.998.687	4.508.388	13.664.826
Fornecedores (ii)	1.532.064				1.532.064
Autorizações e concessões (iii)	508.151	905.927	4.594		1.418.672

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para

cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 18, na seção “*Covenants*”.

(h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 22.

(i) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i>	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.472.929	3.341.784	11.346.229	11.049.233
Deduções da receita bruta	(1.755.967)	(1.596.202)	(4.247.146)	(4.010.885)
Tributos	(595.598)	(611.124)	(2.357.444)	(2.493.552)
Outras deduções	(1.160.369)	(985.078)	(1.889.702)	(1.517.333)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.716.962	1.745.582	7.099.083	7.038.348

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita bruta de vendas e/ou serviços	10.309.615	9.995.714	33.808.216	28.271.450
Deduções da receita bruta	(5.151.229)	(4.734.205)	(12.594.902)	(10.497.864)
Tributos	(1.803.659)	(1.852.854)	(7.183.796)	(6.256.763)
Outras deduções	(3.347.570)	(2.881.351)	(5.411.106)	(4.241.101)
Receitas de vendas e/ou serviços	5.158.386	5.261.509	21.213.314	17.773.586

5. DESPESAS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Serviços de terceiros	(400.591)	(383.002)	(1.521.946)	(1.580.834)
Depreciação e amortização	(209.702)	(178.329)	(1.091.809)	(916.060)
Interconexão	(370.040)	(408.666)	(906.837)	(1.059.107)
Pessoal	(142.748)	(136.659)	(602.740)	(481.770)
Serviço de manutenção da rede	(176.970)	(184.322)	(580.197)	(578.398)
Aluguéis e seguros	(109.230)	(121.773)	(566.225)	(477.324)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.215)	25.591	(201.231)	(74.839)
FISTEL	(4.040)	(4.049)	(174.020)	(166.094)
Publicidade e propaganda	(6.838)	(14.053)	(117.546)	(107.848)
Custo de aparelhos e outros			(95.576)	(121.081)
Materiais	(3.861)	(6.970)	(59.753)	(51.118)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(10.223)	(11.733)	(28.829)	(32.958)
Outros custos e despesas	(5.765)	(1.791)	(77.991)	(59.967)
Total	(1.496.223)	(1.425.756)	(6.024.700)	(5.707.398)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(827.811)	(903.365)	(3.750.528)	(3.589.698)
Despesas com vendas	(357.737)	(254.046)	(1.365.218)	(1.298.076)
Despesas gerais e administrativas	(310.675)	(268.345)	(908.954)	(819.624)
Total	(1.496.223)	(1.425.756)	(6.024.700)	(5.707.398)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Serviços de terceiros	(1.084.284)	(1.076.426)	(4.507.792)	(3.708.206)
Depreciação e amortização	(619.518)	(508.829)	(3.195.170)	(2.216.863)
Interconexão	(1.179.731)	(1.226.961)	(3.061.013)	(2.789.050)
Pessoal	(495.442)	(413.336)	(1.868.146)	(1.316.173)
Serviço de manutenção da rede	(522.569)	(482.576)	(1.846.032)	(1.428.001)
Aluguéis e seguros	(347.521)	(355.647)	(1.534.138)	(1.166.171)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100.801)	(55.543)	(733.236)	(345.807)
FISTEL	(11.972)	(12.147)	(514.373)	(438.458)
Publicidade e propaganda	(40.539)	(40.455)	(406.300)	(315.408)
Custo de aparelhos e outros			(380.267)	(300.199)
Materiais	(21.656)	(18.165)	(159.538)	(98.635)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(22.136)	(34.401)	(64.734)	(85.231)
Outros custos e despesas	(11.089)	(6.315)	(170.993)	(147.711)
Total	(4.457.258)	(4.230.801)	(18.441.732)	(14.355.913)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.526.362)	(2.480.366)	(11.393.161)	(8.765.039)
Despesas com vendas	(987.839)	(936.431)	(4.301.004)	(3.425.784)
Despesas gerais e administrativas	(943.057)	(814.004)	(2.747.567)	(2.165.090)
Total	(4.457.258)	(4.230.801)	(18.441.732)	(14.355.913)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	14.208	53.687	302.936	199.807
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	42.857	44.463	124.072	111.177
Receitas na alienação de bens	(203)	1.421	209.952	22.129
Multas	13.714	14.981	43.253	64.099
Serviços técnicos e administrativos	5.436	11.272	15.443	26.559
Dividendos prescritos		14.882		14.882
Outras receitas	5.972	10.416	10.172	7.318
Total	81.984	151.122	705.828	445.971
Outras despesas operacionais				
Tributos	(30.428)	(41.049)	(328.097)	(231.164)
Provisões/Reversões	(85.169)	(62.499)	(201.983)	(124.382)
Participação de empregados e administradores	(11.502)	(30.575)	(73.435)	(88.962)
Multas	(5.336)	(6.569)	(25.963)	(9.761)
Baixa de imobilizado	(912)	(2.412)	(39.680)	(13.435)
Custas processuais	(14.150)	(10.882)	(20.863)	(16.392)
Provisões para fundos de pensão	(2.547)	(9.485)	(2.611)	(2.028)
Outras despesas	(21.045)	(9.880)	(42.266)	(18.761)
Total	(171.089)	(173.351)	(734.898)	(504.885)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	100.031	237.887	593.350	573.721
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	133.128	136.405	358.245	278.121
Receitas na alienação de bens	372	4.193	213.864	29.212
Multas	42.814	46.412	136.860	160.043
Serviços técnicos e administrativos	16.308	36.949	39.550	70.943
Dividendos prescritos	35.695	14.882	35.744	14.882
Outras receitas	34.483	27.567	50.908	43.394
Total	362.831	504.295	1.428.521	1.170.316
Outras despesas operacionais				
Tributos	(103.771)	(123.340)	(861.850)	(606.543)
Provisões/Reversões	(93.652)	(160.660)	(317.991)	(333.516)
Participação de empregados e administradores	77.566	(88.437)	187.971	(222.639)
Multas	(11.066)	(10.558)	(77.328)	(15.037)
Baixa de imobilizado	(3.926)	(18.076)	(46.249)	(42.836)
Custas processuais	(28.294)	(35.140)	(44.187)	(46.924)
Provisões para fundos de pensão	(7.561)	(84.336)	(7.754)	(6.084)
Outras despesas	(57.723)	(48.679)	(156.615)	(45.502)
Total	(228.427)	(569.226)	(1.324.003)	(1.319.081)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	66.790	108.089	148.491	202.992
Rendimentos de aplicações financeiras	26.802	14.003	76.929	79.836
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	18.761	13.385		
Dividendos recebidos (i)			1.626	1.248
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	186	(5.282)	7.084	48.034
Outras receitas	8.853	177	3.383	111.213
Total	121.392	130.372	237.513	443.323
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(150.795)	(19.414)	(185.402)	(87.647)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(189.471)	(175.314)	(375.661)	(352.309)
Juros sobre debêntures	(213.930)	(183.769)	(214.605)	(184.404)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(32.611)	(397.732)	(12.759)	(88.449)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(60.680)	(153.666)		
Sub-total:	(647.487)	(929.895)	(788.427)	(712.809)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(69.696)	(42.324)	(158.693)	(150.574)
Atualização monetária de provisões	(39.714)	(25.897)	(101.563)	(49.768)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(18.000)	(24.134)	(46.578)	(42.236)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(10.643)	(10.839)	(23.942)	(22.151)
Outras despesas	(19.981)	(15.480)	63.620	(19.486)
Sub-total:	(158.034)	(118.674)	(267.156)	(284.215)
Total	(805.521)	(1.048.569)	(1.055.583)	(997.024)
Resultado financeiro	(684.129)	(918.197)	(818.070)	(553.701)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	237.316	321.718	492.180	551.460
Rendimentos de aplicações financeiras	58.341	123.802	213.584	427.437
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	52.579	33.266		48.233
Dividendos recebidos (i)			78.173	98.997
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	1.110	507.965	41.407	648.061
Outras receitas	12.376	1.139	54.418	186.020
Total	361.722	987.890	879.762	1.960.208
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(879.766)	(1.268.854)	(1.261.132)	(1.951.263)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(544.880)	(550.507)	(1.119.508)	(953.869)
Juros sobre debêntures	(606.453)	(562.810)	(608.429)	(564.285)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	407.858	231.364	631.232	930.951
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(198.944)	(512.603)		
Sub-total:	(1.822.185)	(2.663.410)	(2.357.837)	(2.538.466)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(120.949)	(92.766)	(399.854)	(362.747)
Atualização monetária de provisões	(58.021)	(68.629)	(228.656)	(174.263)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(52.903)	(70.618)	(125.864)	(115.555)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(28.672)	(34.528)	(58.882)	(63.438)
Outras despesas	(56.413)	(52.515)	(158.347)	(187.975)
Sub-total:	(316.958)	(319.056)	(971.603)	(903.978)
Total	(2.139.143)	(2.982.466)	(3.329.440)	(3.442.444)
Resultado financeiro	(1.777.421)	(1.994.576)	(2.449.678)	(1.482.236)

- (i) Em 17 de maio de 2013, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,325 por ação, perfazendo o montante de € 29.137 (R\$ 75.994).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(3.320)	(42.945)	(35.301)	(349.404)
Tributos diferidos	192.058	218.692	(19.674)	217.981
Total	188.738	175.747	(54.975)	(131.423)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro antes das tributações	(16.470)	409.095	227.243	718.335
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			(41.937)	26.489
Total do resultado tributado	(16.470)	409.095	185.306	744.824
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	5.600	(139.093)	(63.004)	(253.240)
Equivalência patrimonial	182.249	350.096		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	18		11.337	50.641
Exclusões (adições) permanentes (ii)	871	(35.256)	(7.715)	72.929
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			25.361	1.221
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(20.954)	(12.008)
Ativo fiscal diferido constituído (iv)				9.034
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	188.738	175.747	(54.975)	(131.423)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(8.778)	(49.986)	(353.514)	(812.710)
Tributos diferidos	346.170	367.527	237.445	404.263
Total	337.392	317.541	(116.069)	(408.447)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro antes das tributações	(27.039)	1.056.063	426.422	1.786.672
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			(516)	37.660
Total do resultado tributado	(27.039)	1.056.063	425.906	1.824.332
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	9.193	(359.062)	(144.808)	(620.273)
Equivalência patrimonial	311.049	708.853		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	18		48.316	141.941
Exclusões (adições) permanentes (ii)	17.132	(32.250)	11.912	82.835
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			25.626	536
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(57.115)	(26.250)
Ativo fiscal diferido constituído (iv)				12.764
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	337.392	317.541	(116.069)	(408.447)

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado das controladas TMAR e TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões e aplicação no FINOR.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2013 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e contas bancárias	124.428	23.760	440.921	346.817
Equivalentes de caixa	463.331	1.020.224	2.922.312	4.061.344
Subtotal	587.759	1.043.984	3.363.233	4.408.161
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda (1)			(233.329)	
Total	587.759	1.043.984	3.129.904	4.408.161

(1) O saldo é composto por R\$ 18.935 de Caixa e contas bancárias e R\$ 214.394 de Equivalentes de caixa (composto substancialmente por Fundos de investimentos exclusivos e CDB).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos exclusivos	428.372	986.146	2.155.586	3.654.226
CDB – Certificado de Depósito Bancário	25.358	10.586	474.940	355.904
“Time Deposits”	9.208	23.135	282.476	23.145
Operações compromissadas	3		5.979	23.722
Outros	390	357	3.331	4.347
Equivalentes de caixa	463.331	1.020.224	2.922.312	4.061.344

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos exclusivos	35.297	853.277	404.566	2.407.900
Títulos privados		14.277	88.536	81.699
Subtotal	35.297	867.554	493.102	2.489.599
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda (1)			(37.709)	
Total	35.297	867.554	455.393	2.489.599
Circulante	35.297	853.277	385.659	2.425.907
Não circulante		14.277	69.734	63.692

(1) O saldo é composto por R\$ 37.709 de Fundos de investimentos exclusivos.

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Operações compromissadas	249.972	930.157	1.175.300	3.104.259
CDB – Certificado de Depósito Bancário	170.543	33.728	801.991	124.788
“Time Deposits”	3.195	3.630	111.582	343.279
Títulos públicos	4.084	18.106	49.980	49.979
Outros	578	525	16.733	31.921
Títulos classificados em equivalentes de caixa	428.372	986.146	2.155.586	3.654.226
Títulos públicos	34.521	853.137	377.438	2.394.654
Outros	776	140	27.128	13.246
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	35.297	853.277	404.566	2.407.900
Total aplicado em fundos exclusivos	463.669	1.839.423	2.560.152	6.062.126

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Serviços faturados	1.422.026	1.329.592	5.458.852	5.301.974
Serviços a faturar	586.011	754.676	1.376.767	1.888.295
Aparelhos e acessórios vendidos	36.577	5.264	740.520	578.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(227.735)	(332.732)	(556.103)	(751.287)
Subtotal	1.816.879	1.756.800	7.020.036	7.017.533
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda			(36.347)	
Total	1.816.879	1.756.800	6.983.689	7.017.533

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
A faturar	586.011	754.676	1.376.767	1.888.295
A vencer	355.348	386.031	3.070.567	3.377.007
A receber de outros provedores	557.928	323.522	1.196.545	737.060
Vencidas até 60 dias	352.257	436.713	1.237.229	1.162.487
Vencidas de 61 a 90 dias	56.411	46.175	173.716	154.918
Vencidas de 91 a 120 dias	36.463	34.820	148.394	127.301
Vencidas de 121 a 150 dias	24.861	29.558	102.143	100.194
Vencidas de 151 a 180 dias	75.335	78.037	270.778	221.558
Total	2.044.614	2.089.532	7.576.139	7.768.820

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2012	(332.732)	(751.287)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100.801)	(733.236)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	205.798	928.420
Saldo em 30/09/2013	(227.735)	(556.103)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	8.768	12.906	393.032	806.135
CS a recuperar (i)	3.164	4.655	137.643	320.922
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	42.973	101.800	286.835	599.258
Subtotal circulante	54.905	119.361	817.510	1.726.315
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda			(98.906)	
Total circulante	54.905	119.361	718.604	1.726.315
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.345.447	1.456.452	1.345.447	1.456.452
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	484.361	524.323	484.361	524.323
IR sobre diferenças temporárias (iv)	1.345.938	1.235.788	3.101.261	2.989.504
CS sobre diferenças temporárias (iv)	437.657	404.755	907.169	891.015
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	738.470	467.782	1.734.402	1.536.376
CS sobre base negativa (iv)	257.906	153.251	754.447	669.610
Outros tributos diferidos (v)	84.602	198.355	350.032	248.695
Subtotal não circulante	4.694.381	4.440.706	8.677.119	8.315.975
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda			(936)	
Total não circulante	4.694.381	4.440.706	8.676.183	8.315.975

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	6.348	8.567	272.746	719.944
CS a pagar	57.172	57.972	147.714	345.810
Subtotal circulante	63.520	66.539	420.460	1.065.754
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda			(86.750)	
Total circulante	63.520	66.539	333.710	1.065.754

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Adições (Exclusões) temporárias por natureza:	3.613.403	3.621.318	5.838.238	5.861.294
Provisões	1.252.157	1.385.940	1.847.697	1.989.192
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	153.183	131.825	196.466	167.550
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33	284.191	305.123	284.417	305.386
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	82.319	113.129	578.189	621.917
Participação nos lucros	24.032	47.823	62.192	137.349
Variações cambiais	214.975	(21.403)	564.135	278.479
Ágio incorporado (iii)	1.829.808	1.980.775	1.829.808	1.980.775
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis			243.401	241.826
Contabilidade de "hedge"	(37.233)	(58.501)	(49.846)	(72.216)
Outras adições e exclusões temporárias	(190.029)	(263.393)	281.779	211.036

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2034.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de setembro de 2013, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 204.989 (31/12/2012 - R\$ 154.849).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2013	1.339	201.793
2014	21.425	1.116.570
2015	21.425	675.562
2016	21.425	740.902
2017	209.146	529.879
De 2018 a 2020	2.288.424	3.015.786
De 2021 a 2023	216.787	216.787
Total	2.779.971	6.497.279

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA					
	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/09/2013
Impostos diferidos Ativos / (Passivos)						
Provisões	1.385.940	(133.783)				1.252.157
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	131.825	21.358				153.183
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	305.123	(20.932)				284.191
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	113.129	(30.810)				82.319
Participação nos lucros	47.823	(23.791)				24.032
Variações cambiais	(21.403)	236.378				214.975
Ágio incorporado	1.980.775	(150.967)				1.829.808
Contabilidade de "hedge"	(58.501)			21.268		(37.233)
Outras adições e exclusões temporárias	(263.393)	73.374			(10)	(190.029)
Prejuízos fiscais	467.782	270.688				738.470
Base negativa de CSSL	153.251	104.655				257.906
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	198.355		(121.053)		7.300	84.602
Total	4.440.706	346.170	(121.053)	21.268	7.290	4.694.381

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/09/2013
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Provisões	1.989.192	(141.495)				1.847.697
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	167.550	28.916				196.466
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	305.386	(20.969)				284.417
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	621.917	(43.728)				578.189
Participação nos lucros	137.349	(75.157)				62.192
Variações cambiais	278.479	285.656				564.135
Ágio incorporado	1.980.775	(150.967)				1.829.808
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.826	1.575				243.401
Contabilidade de "hedge"	(72.216)			22.370		(49.846)
Outras adições e exclusões temporárias	211.036	70.751			(8)	281.779
Prejuízos fiscais	1.536.376	198.026				1.734.402
Base negativa de CSSL	669.610	84.837				754.447
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	248.695		38.117		63.220	350.032
Total (1)	8.315.975	237.445	38.117	22.370	63.212	8.677.119

(1) Não considera a transferência de valores para ativos não circulantes mantidos para a venda.

12. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
ICMS a recuperar (i)	836.653	734.138	2.246.429	1.980.203
PIS e COFINS	49.622	57.057	201.438	183.765
Outros	14.594	14.461	73.422	131.228
Subtotal	900.869	805.656	2.521.289	2.295.196
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda			(17.474)	
Total	900.869	805.656	2.503.815	2.295.196
Circulante	596.161	561.669	1.535.061	1.557.177
Não circulante	304.708	243.987	968.754	738.019

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
ICMS	745.350	697.466	1.368.153	1.400.997
ICMS Convênio nº 69/1998	7.087	17.309	416.800	444.600
PIS e COFINS	802.672	715.920	1.937.385	1.781.148
FUST/FUNTTEL/Rádiodifusão	158.309	153.475	795.911	716.088
Outros	18.411	10.994	191.434	143.580
Subtotal	1.731.829	1.595.164	4.709.683	4.486.413
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda			(5.983)	
Total	1.731.829	1.595.164	4.703.700	4.486.413
Circulante	1.164.072	1.097.494	2.188.362	2.247.842
Não circulante	567.757	497.670	2.515.338	2.238.571

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Cíveis	6.458.720	6.207.634	8.203.071	7.979.742
Tributárias	610.500	568.970	2.268.455	2.119.141
Trabalhistas	977.739	950.589	1.726.982	1.691.957
Subtotal	8.046.959	7.727.193	12.198.508	11.790.840
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda			(1.163)	
Total	8.046.959	7.727.193	12.197.345	11.790.840
Circulante	1.077.819	1.728.996	1.382.326	2.068.315
Não circulante	6.969.140	5.998.197	10.815.019	9.722.525

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Investimentos em controladas	20.208.909	24.438.498		
Empreendimentos controlados em conjunto			90.502	98.882
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.656	23.861
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos (i)	3.799	3.799	55.713	56.851
Subtotal	20.234.599	24.464.188	177.871	179.594
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda	(556.837)			
Total	19.677.762	24.464.188	177.871	179.594

- (i) Inclui no saldo consolidado o montante de R\$ 32.222 relativo ao investimento da controlada TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar"), que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e a operação de satélites, cuja participação é inferior a 20% e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2012	24.464.188	179.594
Equivalência patrimonial	914.850	
Baixa de investimentos (ii)	(3.552.148)	
Aumento de capital	250.071	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	(2.138)	
Dividendos	(1.839.591)	
Variações de participações em empreendimentos controlados em conjunto		(8.380)
Outros	(633)	6.657
Saldo em 30/09/2013 (1)	20.234.599	177.871

(1) Não considera a transferência de valores para ativos não circulantes mantidos para a venda.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA				
			30/09/2013				
			Quantidade em milhares			Participação - %	
			Ações		Quotas		
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Capital total	Capital votante
BrT Cabos Submarinos (“BrT CS”)	556.837	155.234			272.443.966	99,99	100
TMAR	19.254.503	651.880	154.032.214	189.400.783		100	100
Oi Serviços Financeiros	2.764	3.148	799			100	100
Oi Holanda	117.530	44.820	100			100	100
Rio Alto	445.726	14.650	215.538.129			50	100

	CONTROLADORA							
	Equivalência patrimonial				Valor do investimento		Provisão para passivo a descoberto	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em					
Controladas	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Oi Móvel (ii)		53.416		231.358		2.491.541		
BrTI (ii)		4.924		20.497		381.917		
BrT CS	50.104	41.513	155.234	121.860	556.837	401.603		
BrT Multimídia (ii)		23.599		66.314		446.662		
VANT (iii)		(1.749)		4.556				
BrT Call Center (ii)		(2.651)		962		24.984		
BrT Card (ii)		112		397		7.509		
iG Brasil		(186)		16				
iG Part (iii)		3		4				
NTPA (iii)		176		219				
TMAR	373.435	597.681	651.880	1.324.463	19.254.503	20.611.572		
TNL.NET (iii)		99		244				
TNL.TRADING (iii)		(193)		(472)				
Oi Serviços Financeiros	1.162	1.043	3.148	2.536	2.764			(384)
Oi Holanda	51.804	311.908	45.068	311.908	117.530	72.710		
Rio Alto	5.108		5.108		222.863			
Resultado não realizado em operações com investidas	54.412		54.412		54.412			
Total	536.025	1.029.695	914.850	2.084.862	20.208.909	24.438.498		(384)

Informações financeiras resumidas

	30/09/2013		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
BrT CS	915.159	358.322	217.161
TMAR	36.612.863	17.358.360	9.636.049
Oi Serviços Financeiros	47.564	44.800	
Oi Holanda	3.486.215	3.368.685	
Rio Alto	445.726		

	31/12/2012		30/09/2012
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Móvel	4.987.427	2.495.886	1.701.020
BrTI	446.960	65.043	9.859
BrT CS	777.365	375.762	184.991
BrT Multimídia	690.837	244.175	169.831
BrT Call Center	130.047	105.063	285.437
BrT Card	9.189	1.680	
iG Brasil			113.452
TMAR	39.163.757	18.552.185	8.842.114
Oi Serviços Financeiros	44.777	45.161	
Oi Holanda	3.193.905	3.121.195	

- (ii) Conforme divulgado na Nota 1, em janeiro de 2013 a Companhia aumentou o capital social da TMAR mediante a transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “*intercompany*” detidos pela Companhia.
- (iii) Empresas incorporadas conforme Reorganização Societária descrita na Nota 1.

15. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2012	627.434	5.167.035	15.835.704	4.059.647	950.203	1.722.989	28.363.012
Adições	628.240	245	202.334	28.831	770	56	860.476
Baixas	(9.563)	(1.632)	(43.715)	(28.410)		(1.970)	(85.290)
Transferências	(396.511)	20.950	289.543	58.056	4.199	23.763	
Saldo em 30/09/2013	849.600	5.186.598	16.283.866	4.118.124	955.172	1.744.838	29.138.198
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2012		(4.991.657)	(13.252.659)	(3.242.342)	(613.452)	(1.539.339)	(23.639.449)
Despesas de depreciação		(21.316)	(342.872)	(133.056)	(15.968)	(22.666)	(535.878)
Baixas		1.615	33.331	28.410		885	64.241
Transferências			(513)	463	(31)	81	
Saldo em 30/09/2013		(5.011.358)	(13.562.713)	(3.346.525)	(629.451)	(1.561.039)	(24.111.086)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2012	627.434	175.378	2.583.045	817.305	336.751	183.650	4.723.563
Saldo em 30/09/2013	849.600	175.240	2.721.153	771.599	325.721	183.799	5.027.112
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	8%	8%	10%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2012	4.127.123	17.927.129	38.362.151	25.665.996	3.448.139	4.829.266	94.359.804
Adições	2.732.158	127.774	856.790	198.312	29.922	126.513	4.071.469
Baixas	(8.242)	(1.632)	(57.336)	(228.409)	(90)	(2.430)	(298.139)
Transferências	(1.303.342)	185.639	727.818	460.778	(141.856)	70.963	
Saldo em 30/09/2013	5.547.697	18.238.910	39.889.423	26.096.677	3.336.115	5.024.312	98.133.134
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2012		(15.867.104)	(28.888.749)	(20.526.497)	(2.258.125)	(3.716.231)	(71.256.706)
Despesas de depreciação		(254.108)	(1.343.263)	(575.165)	(58.951)	(154.930)	(2.386.417)
Baixas		1.614	38.571	119.436		1.345	160.966
Transferências		4	(620)	(486)	1.542	(440)	
Saldo em 30/09/2013		(16.119.594)	(30.194.061)	(20.982.712)	(2.315.534)	(3.870.256)	(73.482.157)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2012	4.127.123	2.060.025	9.473.402	5.139.499	1.190.014	1.113.035	23.103.098
Saldo em 30/09/2013	5.547.697	2.119.316	9.695.362	5.113.965	1.020.581	1.154.056	24.650.977
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda	(151.123)		(188.646)	(8.494)	(5.749)	(4.187)	(358.199)
Saldo em 30/09/2013	5.396.574	2.119.316	9.506.716	5.105.471	1.014.832	1.149.869	24.292.778
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	7%	6%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.864.856 (31/12/2012 – R\$ 2.950.903), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 7.534.138 (31/12/2012 - R\$ 6.652.317).

No período findo em 30 de setembro de 2013, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 37.860 (30/09/2012 – R\$ 48.370) pela Companhia e R\$ 244.106 (30/09/2012 – R\$ 206.032) no consolidado, na taxa média de 8% a.a.

16. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 31/12/2012	6.714	2.219.787	117.192	2.343.693
Adições	28.483	22.091	23.533	74.107
Transferências	(15.137)	14.938	199	
Saldo em 30/09/2013	20.060	2.256.816	140.924	2.417.800
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2012		(2.011.830)	(46.893)	(2.058.723)
Despesas de amortização		(75.778)	(7.862)	(83.640)
Saldo em 30/09/2013		(2.087.608)	(54.755)	(2.142.363)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2012	6.714	207.957	70.299	284.970
Saldo em 30/09/2013	20.060	169.208	86.169	275.437
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2012	615.473	292.081	6.133.834	3.962.822	620.836	11.625.046
Adições		274.208	238.387	78.188	168.886	759.669
Baixas		(79.158)				(79.158)
Transferências		(273.651)	217.887		55.764	
Saldo em 30/09/2013	615.473	213.480	6.590.108	4.041.010	845.486	12.305.557
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2012	(461.078)		(4.857.715)	(1.828.483)	(282.218)	(7.429.494)
Despesas de amortização			(371.309)	(177.190)	(260.254)	(808.753)
Baixas						
Transferências			(3)		3	
Saldo em 30/09/2013	(461.078)		(5.229.027)	(2.005.673)	(542.469)	(8.238.247)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2012	154.395	292.081	1.276.119	2.134.339	338.618	4.195.552
Saldo em 30/09/2013	154.395	213.480	1.361.081	2.035.337	303.017	4.067.310
Saldo transferido para ativos não circulantes mantidos para venda			(930)			(930)
Saldo em 30/09/2013	154.395	213.480	1.360.151	2.035.337	303.017	4.066.380
Taxa anual de amortização (média)			20%	7%	20%	

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2012 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 22,5% para TV, 8,5% para Meios de pagamento, 33,1% para provedor de internet RII e 6,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,8% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	58.751	37.690	96.441	4.620.169
Meios de pagamento	40.272	36.211	76.483	101.487
Provedor de internet RII	41.612	73.173	114.785	2.267.806
Multimídia RII	184.852	7.321	192.173	212.983
Total	325.487	154.395	479.882	7.202.445

17. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Materiais de infraestrutura e rede	156.044	212.088	1.124.877	1.027.030
Repasse (interconexão e “cobilling”)	258.087	278.216	748.833	783.292
Aluguel de postes e direito de passagem	506.794	576.673	678.626	900.077
Serviços	344.675	194.321	416.269	573.443
Manutenção de planta	62.248	164.951	337.305	455.363
Tecnologia da informação	34.977	33.914	183.673	242.170
“Call Center”	145.988	27.296	155.801	132.991
Aparelhos e “simcards”			78.988	295.362
Aluguel de espaço físico e equipamentos	5.533	2.773	41.181	25.609
Comissões de vendas			5.770	86.456
Outros	52.155	77.478	245.003	136.142
Subtotal	1.566.501	1.567.710	4.016.326	4.657.935
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda			(40.541)	
Total	1.566.501	1.567.710	3.975.785	4.657.935

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Financiamentos	8.666.986	9.622.984	25.036.034	25.155.935
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	392.768	211.685	886.141	575.529
Debêntures	9.854.649	12.231.051	8.880.740	7.920.740
Juros provisionados sobre debêntures	538.760	1.416.605	481.766	300.566
Empréstimos (mútuo com controladas)	3.558.511	3.264.052		
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos (mútuo com controladas)	16.927	45.750		
Custo de transação incorrido	(325.498)	(360.652)	(553.688)	(606.681)
Total	22.703.103	26.431.475	34.730.993	33.346.089
Circulante	2.621.553	1.877.195	4.544.825	3.113.621
Não circulante	20.081.550	24.554.280	30.186.168	30.232.468

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
BNDDES	681.744	2.202.482	5.369.016	6.366.740		
Moeda nacional	681.744	2.202.482	5.369.016	6.366.740	out/2013 à jul/2021	9,37
Debêntures públicas	9.319.012	8.179.789	9.362.506	8.221.306	out/2013 à jul/2021	10,42
Debêntures privadas	1.074.397	5.467.867			out/2013 à mai/2022	10,08
Instituições financeiras	8.378.010	7.632.187	20.553.159	19.364.724		
Moeda nacional	1.580.248	1.613.581	6.107.071	6.087.859		
CCB			3.261.008	3.185.647	out/2013 à jan/2028	11,27
“Senior Notes”	1.105.578	1.136.948	1.105.578	1.136.948	out/2013 à set/2016	10,94
CRI	443.766	439.232	1.375.074	1.360.766	out/2013 à ago/2022	9,82
Outros	30.904	37.401	365.411	404.498	out/2013 à dez/2033	10,84
Moeda estrangeira	6.797.762	6.018.606	14.446.088	13.276.865		
Linhas de crédito de ECA			4.276.613	4.123.977	out/2013 à mai/2022	7,80
“Senior Notes”	6.797.680	6.018.258	10.169.393	9.152.540	out/2013 à fev/2022	10,22
Outros	82	348	82	348	out/2013 à fev/2014	7,74
Mútuo com controladas	3.575.438	3.309.802			out/2013 à fev/2022	10,08
Subtotal	23.028.601	26.792.127	35.284.681	33.952.770		
Custo de transação incorrido	(325.498)	(360.652)	(553.688)	(606.681)		
Total	22.703.103	26.431.475	34.730.993	33.346.089		

Sigla:

ECA - “Export Credit Agency” (Agência de crédito à exportação)

CCB – Cédula de Crédito Bancário

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Instituições financeiras	282.273	314.386	505.419	555.199
Moeda nacional	25.060	28.170	108.660	127.099
Moeda estrangeira	257.213	286.216	396.759	428.100
BNDES	761	1.448	5.805	6.564
Moeda nacional	761	1.448	5.805	6.564
Debêntures públicas	42.464	44.818	42.464	44.918
Total	325.498	360.652	553.688	606.681
Circulante	53.427	53.994	97.891	96.974
Não circulante	272.071	306.658	455.797	509.707

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Reais	16.162.555	20.699.085	20.681.664	20.497.326
Dólar Norte-Americano	4.191.089	3.727.327	11.699.870	10.843.700
Euro	2.349.459	2.005.063	2.349.459	2.005.063
Total	22.703.103	26.431.475	34.730.993	33.346.089

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Taxa pré-fixada	7.875.364	7.182.086	12.606.250	11.431.248
CDI	11.838.890	14.879.079	10.313.607	9.139.158
TJLP	452.146	1.893.080	4.578.524	5.537.503
Libor		121	3.697.837	3.794.036
IPCA	2.513.558	2.453.818	3.451.751	3.376.952
INPC	23.145	23.291	83.024	67.192
Total	22.703.103	26.431.475	34.730.993	33.346.089

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2013	
2014	372.785	829.410
2015	70.405	2.598.968
2016	2.198.980	4.682.686
2017	4.584.107	6.665.542
2018 e exercícios seguintes	13.127.344	15.865.359
Total	20.353.621	30.641.965

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2013	
2014	12.826	24.026
2015	51.492	95.833
2016	50.914	84.334
2017	47.361	72.730
2018 e exercícios seguintes	109.478	178.874
Total	272.071	455.797

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

No período findo em 30 de setembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais juros atualizados, no montante total de R\$ 3.253 milhões na controladora e R\$ 4.442 milhões no consolidado.

Abaixo seguem as principais captações e pagamentos ocorridos no período findo em 30 de setembro de 2013.

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 787 milhões na controladora e R\$ 1.348 milhões no consolidado.

Em 30 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência de dívidas com o BNDES, firmadas nos anos de 2005, 2006 e 2009, no montante total de R\$ 845 milhões, para sua controlada indireta TNL PCS. A transferência de dívidas visa obter maior eficiência na gestão da estrutura de capital do Grupo. Em 30 de setembro de 2013, foram assinados os aditivos aos contratos com a anuência do BNDES para a referida transferência.

Financiamentos em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

Em junho de 2013, foram desembolsados US\$ 5,6 milhões (R\$ 12,5 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$ 95,7 milhões (R\$ 190,3 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Export Development Canada*” em julho de 2012, e US\$ 21 milhões (R\$ 41,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011 e de R\$ 93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$ 43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Nordic Investment Bank*” em julho de 2008.

Debêntures públicas e privadas

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Oi	10ª (i)	R\$ 1.500 milhões	2019	1.565.047		1.565.047	
Oi	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.195.506	2.158.069	2.195.506	2.158.069
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.407.802	2.351.458	2.407.802	2.351.458
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.013.929	1.031.926	1.013.929	1.031.926
Oi	5ª (1ª série)	R\$ 1.754 milhões	2014	1.827.839	1.783.127	1.827.839	1.783.127
Oi	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2020	308.889	302.288	308.889	302.288
Oi	1ª (2ª série) (ii)	R\$ 540 milhões	2013		552.921		552.921
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021			43.494	41.517
Debêntures públicas				9.319.012	8.179.789	9.362.506	8.221.306
Oi	3ª (iii)	R\$ 3.500 milhões	2013		1.708.224		
Oi	8ª (iii)	R\$ 2.500 milhões	2016	185.047	2.880.010		
Oi	6ª	R\$ 999 milhões	2022	889.350	879.633		
Debêntures privadas				1.074.397	5.467.867		

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

- (i) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2013, foi aprovada a 10ª. emissão, sendo a 8ª. pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição (conforme termos da instrução CVM nº 476/2009), no valor de até R\$ 1.500 milhões. Em 27 de março de 2013 a CVM (Cetip) concedeu registro para emissão. As Debêntures foram emitidas em série única. A subscrição e a integralização ocorreram em 28 de março de 2013. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 6 milhões, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.
- (ii) Em março de 2013, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 559 milhões da 1ª emissão (2ª série) da debênture pública.
- (iii) Em 31 de janeiro de 2013, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 1.723 milhões da debênture privada da 3ª emissão e R\$ 2.495 milhões da debênture privada da 8ª emissão, em função da Reorganização Societária descrita na Nota 1.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 4.687 milhões.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2013 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em março de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto à ONDD (“*Office National Du Ducroire/Nationale Delcredere Dienst*”) no valor de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativos				
Contratos de “swap” - cambial	890.127	451.371	1.375.684	702.986
Contratos de “swap” - taxa de juros	20.808	99.023	164.802	208.477
Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”	47.862	77.636	47.862	77.636
Total	958.797	628.030	1.588.348	989.099
Circulante	64.246	381.866	161.215	640.229
Não circulante	894.551	246.164	1.427.133	348.870
Passivos				
Contratos de “swap” - cambial	204.903	29.605	357.998	181.392
Contratos de “swap” - taxa de juros	173.064	109.453	202.490	145.132
Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”	289.966	180.668	349.396	187.773
Total	667.933	319.726	909.884	514.297
Circulante	562.150	194.405	731.002	309.555
Não circulante	105.783	125.321	178.882	204.742

20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
SMP			1.418.672	2.020.929
Concessões do STFC		49.426		137.068
Total		49.426	1.418.672	2.157.997
Circulante		49.426	505.855	1.058.881
Não circulante			912.817	1.099.116

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2014	508.151
2015	451.815
2016	451.815
2017	2.297
2018 a 2019	4.594
Total	1.418.672

21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	527.165	538.322	1.000.924	1.072.947
REFIS II - PAES	4.336	4.336	12.788	12.152
Total	531.501	542.658	1.013.712	1.085.099
Circulante	51.900	49.828	99.492	99.732
Não circulante	479.601	492.830	914.220	985.367

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/09/2013				31/12/2012
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	221.275	37.984	301.731	560.990	615.841
Imposto de renda	55.432	8.148	90.283	153.863	164.437
PIS	30.657	1.906	34.999	67.562	72.088
INSS – SAT	6.228	3.862	34.704	44.794	46.276
Contribuição social	15.487	2.696	21.078	39.261	41.794
CPMF	17.144	1.715	15.941	34.800	33.225
Outros	48.765	6.629	57.048	112.442	111.438
Total	394.988	62.940	555.784	1.013.712	1.085.099

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2013	11.989	22.848
2014	47.955	91.464
2015	47.955	91.464
2016	47.955	91.464
2017	47.955	91.464
2018 a 2020	143.865	274.393
2021 a 2023	143.865	274.393
2024 a 2025	39.962	76.222
Total	531.501	1.013.712

22. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Trabalhista				
Horas extras	242.439	342.764	496.568	635.002
Indenizações	72.730	114.937	157.576	214.671
Adicionais diversos	58.781	95.150	133.219	172.869
Estabilidade / Reintegração	72.387	105.253	127.063	180.705
Complemento de aposentadoria	43.197	49.129	79.795	98.131
Diferenças salariais	33.359	47.136	61.739	83.478
Honorários advocatícios/periciais	22.593	29.702	33.551	42.084
Verbas rescisórias	8.504	18.768	27.491	39.605
Multas trabalhistas	4.147	6.678	18.182	22.499
FGTS	6.299	12.509	11.239	18.420
Vínculo empregatício	498	711	5.402	5.161
Subsidiariedade	1.432	2.630	2.761	4.352
Demais ações	27.770	41.634	45.655	62.161
Total	594.136	867.001	1.200.241	1.579.138
Tributária				
ICMS	229.399	209.679	516.555	448.120
FUST / FUNTTEL			145.974	142.632
ISS	4.248	4.046	68.752	65.711
ILL			19.847	19.478
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	2.890	2.566	12.250	11.726
Demais ações	46.678	45.270	81.113	77.627
Total	283.215	261.561	844.491	765.294
Cível				
Societário	2.154.952	2.333.980	2.154.952	2.333.980
Estimativas ANATEL	205.286	197.507	556.943	551.143
Multas ANATEL	95.148	89.008	477.061	436.195
Juizado Especial	44.439	48.376	130.070	108.479
Demais ações	292.828	264.640	676.933	645.408
Total	2.792.653	2.933.511	3.995.959	4.075.205
Subtotal das provisões	3.670.004	4.062.073	6.040.691	6.419.637
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda			(2.558)	
Total das provisões	3.670.004	4.062.073	6.038.133	6.419.637
Circulante	701.584	1.080.455	1.064.460	1.569.356
Não circulante	2.968.420	2.981.618	4.973.673	4.850.281

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Trabalhista	458.105	659.260	863.293	1.051.868
Tributária	4.861.785	4.605.569	17.966.935	17.260.147
Cível	341.385	347.718	1.029.356	991.269
Total	5.661.275	5.612.547	19.859.584	19.303.284

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2012	867.001	261.561	2.933.511	4.062.073
Atualização monetária	(19.832)	22.696	55.157	58.021
Adições / (Reversões)	(129.657)	14.462	208.847	93.652
Baixas por pagamentos / encerramentos	(123.376)	(15.504)	(404.862)	(543.742)
Saldo em 30/09/2013	594.136	283.215	2.792.653	3.670.004

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2012	1.579.138	765.294	4.075.205	6.419.637
Atualização monetária	60.728	82.805	85.123	228.656
Adições / (Reversões)	(135.758)	45.219	408.530	317.991
Baixas por pagamentos / encerramentos	(303.867)	(48.827)	(572.899)	(925.593)
Saldo em 30/09/2013 (1)	1.200.241	844.491	3.995.959	6.040.691

(1) Não considera a transferência de valores para passivos não circulantes mantidos para a venda.

Provisões

Trabalhista

No segundo trimestre de 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 105.899 na controladora e R\$ 200.864 no consolidado (líquido de impostos, no montante de R\$ 69.893 na controladora e R\$ 132.570 no consolidado).

Passivo contingente

Descrição dos principais processos lavrados contra a Companhia no período findo em 30 de setembro de 2013.

Tributária

Tributos federais

IRRF - Autuação fiscal relacionada a incidência de imposto de renda retido na fonte incidente sobre ganho de capital, no montante de R\$ 357 milhões.

IRPJ - Autuação fiscal relacionada a não homologação de compensações fiscais, no montante R\$ 221 milhões.

IOF – Autuação fiscal relacionada a exigência de recolhimento do IOF em operação de câmbio com captação de recursos no exterior, no montante de R\$ 119 milhões.

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de setembro de 2013 corresponde a R\$ 4.726.793 (31/12/2012 - R\$ 4.383.030) na controladora e R\$ 14.766.928 (31/12/2012 - R\$ 12.216.671) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em AGE realizada em 21 de março de 2013, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 162.456 em decorrência de bonificação de ações.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 7.471.209 (31/12/2012 - R\$ 7.308.753), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2013	31/12/2012
Capital total em ações		
Ações ordinárias	599.009	599.009
Ações preferenciais	1.198.078	1.198.078
Total	1.797.087	1.797.087
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	84.251	84.251
Ações preferenciais	72.808	72.808
Total	157.059	157.059
Ações em circulação		
Ações ordinárias	514.758	514.758
Ações preferenciais	1.125.270	1.125.270
Total em circulação	1.640.028	1.640.028
Valor patrimonial por ação em circulação	6,30	6,77

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 2,5 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 30 de setembro de 2013 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria; e
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de ágio na emissão de ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição de ações e o valor destinado ao capital.

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Reserva de opções de ações: conta constituída em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidada com instrumentos do patrimônio líquido. No primeiro trimestre de 2012 o plano de opções foi extinto e a reserva foi realizada.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Conforme AGO – Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 21 de março de 2013, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2012 no montante de R\$ 837.440 acrescido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 416.686 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 420.858.

Na mesma AGO, foi aprovada a bonificação de ações resgatáveis de emissão da Companhia no montante de R\$ 162.456. A bonificação está inserida no contexto da Política de Remuneração aos Acionistas da Companhia para o período de 2012 a 2015, anunciada por meio do Fato Relevante de 17 de abril de 2012, a qual prevê o pagamento de R\$ 1 bilhão por ocasião da realização da AGO que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2012.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados a Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012.

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

No período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia registrou perdas de R\$ 43.424 referente aos efeitos da adoção da contabilidade de “*hedge*” (Nota 3), líquidos de imposto de renda, sendo R\$ 2.138 referente a perda de contabilidade de “*hedge*” registrada na Companhia de forma reflexa de sua controlada TMAR.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Variação de porcentagem de participação	Total
Saldos em 31/12/2012	(67.093)	(56.609)	3.916	(119.786)
Custo de emissão de ações		62		62
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(41.286)			(41.286)
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	(2.138)			(2.138)
Saldos em 30/09/2013	(110.517)	(56.547)	3.916	(163.148)

(h) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do período disponível para os mesmos.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/09/2013	Período de nove meses findos em 30/09/2013	Período de três meses findos em 30/09/2012	Período de nove meses findos em 30/09/2012
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	172.268	310.353	584.842	1.373.604
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	54.070	97.411	183.565	431.134
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	118.198	212.942	401.277	942.470
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	514.758	514.758	514.758	514.758
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1.125.270	1.125.270	1.125.270	1.125.274
Lucro (prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,11	0,19	0,36	0,84
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,11	0,19	0,36	0,84

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 26 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de setembro de 2013.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

(b) Participações dos empregados nos lucros

No período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas registraram reversões das provisões para participações dos empregados nos lucros, líquida das constituições relativas ao exercício em curso, no montante total de R\$ 77.566 na controladora e R\$ 187.971 no consolidado.

A referida reversão foi registrada contabilmente, em conformidade com a determinação do Conselho de Administração e mediante a análise do cumprimento das metas estabelecidas.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

- Telefonia fixa/dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Inclui o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii) “*Call Center*”, que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de “*telemarketing*” e atendimento a clientes, (iii) TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH (“*Direct to home*”), e (iv) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Períodos de três meses findos em									
	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas	5.856.712	5.013.432	3.029.571	3.256.679	462.306	287.000	(2.249.506)	(1.518.763)	7.099.083	7.038.348
Custos dos serviços prestados	(3.151.063)	(3.338.781)	(2.447.422)	(1.537.226)	(262.022)	(142.325)	2.109.979	1.428.634	(3.750.528)	(3.589.698)
Interconexão	(1.281.259)	(1.670.787)	(608.375)	(611.996)	(31)	(2.085)	982.828	1.225.761	(906.837)	(1.059.107)
Depreciação e amortização	(430.135)	(426.176)	(464.593)	(358.170)	(5.512)	(3.118)			(900.240)	(787.464)
Serviço de manutenção de rede	(598.535)	(516.694)	(23.043)	(97.141)	(478)	(1.258)	41.859	36.695	(580.197)	(578.398)
Aluguéis e seguros	(444.515)	(375.816)	(1.034.246)	(184.756)	(30.320)	(11.859)	1.085.073	177.114	(424.008)	(395.317)
Custos de aparelhos e acessórios			(95.534)	(121.395)			(42)	314	(95.576)	(121.081)
Outros custos e despesas	(396.619)	(349.308)	(221.631)	(163.768)	(225.681)	(124.005)	261	(11.250)	(843.670)	(648.331)
Lucro bruto	2.705.649	1.674.651	582.149	1.719.453	200.284	144.675	(139.527)	(90.129)	3.348.555	3.448.650
Receitas (Despesas) operacionais	(1.527.464)	(1.345.216)	(811.349)	(757.628)	(113.886)	(179.133)	149.457	105.363	(2.303.242)	(2.176.614)
Comercialização de serviços	(891.202)	(763.150)	(615.552)	(596.538)	(42.796)	(119.878)	184.332	181.490	(1.365.218)	(1.298.076)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(74.010)	6.864	(103.815)	(75.097)	(23.406)	(6.606)			(201.231)	(74.839)
Comissão de vendas	(156.983)	(200.865)	(190.350)	(290.949)	(19.510)	(24.877)	19.058	37.272	(347.785)	(479.419)
Central de atendimento	(283.901)	(224.461)	(72.471)	(73.976)	(9.775)	(21.273)	136.182	99.286	(229.965)	(220.424)
Postagem e cobrança	(112.678)	(116.633)	(31.874)	(29.464)	(2.790)	(4.161)		(25)	(147.342)	(150.283)
Publicidade e propaganda	(37.438)	(35.718)	(94.563)	(90.074)	(2.678)	(284)	17.133	18.228	(117.546)	(107.848)
Outros serviços de terceiros	(50.882)	(44.060)	(16.183)	(280)	659	(2.349)	4.276	15.464	(62.130)	(31.225)
Outros custos e despesas	(175.310)	(148.277)	(106.296)	(36.698)	14.704	(60.328)	7.683	11.265	(259.219)	(234.038)
Gerais e administrativas	(604.319)	(608.440)	(263.970)	(170.390)	(49.417)	(46.203)	8.752	5.409	(908.954)	(819.624)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	(31.943)	26.374	68.173	9.300	(21.673)	(13.052)	(43.627)	(81.536)	(29.070)	(58.914)
Outras receitas operacionais	512.433	432.338	239.996	82.513	(1.032)	(33.987)	(45.569)	(34.893)	705.828	445.971
Outras despesas operacionais	(544.376)	(405.964)	(171.823)	(73.213)	(20.641)	20.935	1.942	(46.643)	(734.898)	(504.885)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	1.178.185	329.435	(229.200)	961.825	86.398	(34.458)	9.930	15.234	1.045.313	1.272.036
Resultado financeiro	(722.814)	(946.085)	(92.884)	71.180	7.558	336.438	(9.930)	(15.234)	(818.070)	(553.701)
Receitas financeiras	321.944	195.742	62.913	351.887	10.873	91.989	(158.217)	(196.295)	237.513	443.323
Despesas financeiras	(1.044.758)	(1.141.827)	(155.797)	(280.707)	(3.315)	244.449	148.287	181.061	(1.055.583)	(997.024)
Resultado antes dos tributos	455.371	(616.650)	(322.084)	1.033.005	93.956	301.980			227.243	718.335
Imposto de renda e contribuição social	(108.007)	251.763	76.021	(361.650)	(22.989)	(21.536)			(54.975)	(131.423)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	347.364	(364.887)	(246.063)	671.355	70.967	280.444			172.268	586.912
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído ao controlador									172.268	584.842
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores										2.070
Informações adicionais										
Serviços prestados	4.607.351	4.648.230	2.069.942	2.021.926	312.355	190.761			6.989.648	6.860.917
Vendas	59		109.376	177.431					109.435	177.431
Receita de clientes externos	4.607.410	4.648.230	2.179.318	2.199.357	312.355	190.761			7.099.083	7.038.348
Receita entre segmentos	1.249.302	365.202	850.253	1.057.322	149.951	96.239				
Receita total	5.856.712	5.013.432	3.029.571	3.256.679	462.306	287.000				
Depreciações e amortizações	598.866	536.848	493.046	364.946	(103)	14.266			1.091.809	916.060
Acréscimos de imobilizado/intangível	1.039.198	1.262.025	521.098	719.479	13.318	13.570			1.573.614	1.995.074

	Períodos de nove meses findos em									
	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas	15.868.757	12.918.927	9.179.814	7.705.495	1.222.872	754.113	(5.058.129)	(3.604.949)	21.213.314	17.773.586
Custos dos serviços prestados	(9.358.600)	(7.984.250)	(5.990.997)	(3.833.998)	(687.836)	(347.283)	4.644.272	3.400.492	(11.393.161)	(8.765.039)
Interconexão	(4.124.487)	(4.039.217)	(1.961.790)	(1.563.222)	(2.956)	(6.183)	3.028.220	2.819.572	(3.061.013)	(2.789.050)
Depreciação e amortização	(1.262.783)	(965.324)	(1.347.636)	(773.700)	(11.995)	(9.535)			(2.622.414)	(1.748.559)
Serviço de manutenção de rede	(1.739.045)	(1.281.965)	(230.840)	(231.159)	(3.008)	(2.347)	126.861	87.470	(1.846.032)	(1.428.001)
Aluguéis e seguros	(1.183.159)	(945.961)	(1.445.115)	(464.650)	(75.736)	(24.617)	1.488.236	491.134	(1.215.774)	(944.094)
Custos de aparelhos e acessórios			(380.267)	(300.199)					(380.267)	(300.199)
Outros custos e despesas	(1.049.126)	(751.783)	(625.349)	(501.068)	(594.141)	(304.601)	955	2.316	(2.267.661)	(1.555.136)
Lucro bruto	6.510.157	4.934.677	3.188.817	3.871.497	535.036	406.830	(413.857)	(204.457)	9.820.153	9.008.547
Receitas (Despesas) operacionais	(4.324.234)	(3.561.027)	(2.556.637)	(1.936.341)	(487.354)	(447.212)	424.172	204.941	(6.944.053)	(5.739.639)
Comercialização de serviços	(2.663.873)	(2.099.187)	(1.875.567)	(1.475.071)	(268.793)	(301.292)	507.229	449.766	(4.301.004)	(3.425.784)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(295.476)	(159.017)	(371.077)	(178.660)	(66.683)	(8.241)		111	(733.236)	(345.807)
Comissão de vendas	(487.860)	(444.413)	(640.761)	(649.624)	(67.129)	(51.433)	60.946	75.726	(1.134.804)	(1.069.744)
Central de atendimento	(806.090)	(584.355)	(216.722)	(186.750)	(29.694)	(47.216)	369.968	301.162	(682.538)	(517.159)
Postagem e cobrança	(320.416)	(304.242)	(88.906)	(67.934)	(11.236)	(9.998)		229	(420.558)	(381.945)
Publicidade e propaganda	(113.102)	(96.449)	(320.430)	(241.811)	(23.522)	(20.142)	50.754	42.994	(406.300)	(315.408)
Outros serviços de terceiros	(160.476)	(139.632)	(40.645)	(43.712)	(4.221)	(5.833)	8.981	16.358	(196.361)	(172.819)
Outros custos e despesas	(480.453)	(371.079)	(197.026)	(106.580)	(66.308)	(158.429)	16.580	13.186	(727.207)	(622.902)
Gerais e administrativas	(1.922.491)	(1.583.037)	(663.947)	(471.389)	(172.823)	(116.235)	11.694	5.571	(2.747.567)	(2.165.090)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	262.130	121.197	(17.123)	10.119	(45.738)	(29.685)	(94.751)	(250.396)	104.518	(148.765)
Outras receitas operacionais	1.136.573	1.064.953	421.058	222.168	(752)	1.966	(128.358)	(118.771)	1.428.521	1.170.316
Outras despesas operacionais	(874.443)	(943.756)	(438.181)	(212.049)	(44.986)	(31.651)	33.607	(131.625)	(1.324.003)	(1.319.081)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	2.185.923	1.373.650	632.180	1.935.156	47.682	(40.382)	10.315	484	2.876.100	3.268.908
Resultado financeiro	(2.312.043)	(2.197.388)	(143.107)	366.154	15.787	349.482	(10.315)	(484)	(2.449.678)	(1.482.236)
Receitas financeiras	966.167	1.595.077	236.735	849.412	30.503	119.858	(353.643)	(604.139)	879.762	1.960.208
Despesas financeiras	(3.278.210)	(3.792.465)	(379.842)	(483.258)	(14.716)	229.624	343.328	603.655	(3.329.440)	(3.442.444)
Resultado antes dos tributos	(126.120)	(823.738)	489.073	2.301.310	63.469	309.100			426.422	1.786.672
Imposto de renda e contribuição social	93.743	429.802	(155.117)	(805.082)	(54.695)	(33.167)			(116.069)	(408.447)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(32.377)	(393.936)	333.956	1.496.228	8.774	275.933			310.353	1.378.225
Lucro líquido atribuído ao controlador									310.353	1.373.604
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores										4.621
Informações adicionais										
Serviços prestados	13.821.640	11.973.750	6.172.989	4.958.759	807.264	463.446			20.801.893	17.395.955
Vendas	565		410.856	377.631					411.421	377.631
Receita de clientes externos	13.822.205	11.973.750	6.583.845	5.336.390	807.264	463.446			21.213.314	17.773.586
Receita entre segmentos	2.046.552	945.176	2.595.969	2.369.106	415.608	290.667				
Receita total	15.868.757	12.918.926	9.179.814	7.705.496	1.222.872	754.113				
Depreciações e amortizações	1.770.335	1.326.393	1.397.737	854.365	27.098	36.105			3.195.170	2.216.863
Acréscimos de imobilizado/intangível	2.978.890	2.496.214	1.797.640	1.668.672	54.608	33.669			4.831.138	4.198.555
Informações patrimoniais	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativos	88.186.351	93.726.932	17.551.121	23.571.554	2.819.779	2.765.452	(39.845.753)	(50.913.884)	68.711.498	69.150.054

- (i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet, TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, seguem abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

Outros segmentos	Períodos de três meses findos em			
	Internet		TV	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita de clientes externos	151.856	93.859	181.099	100.006
Receita de juros	7.350	6.534	795	374
Despesa de juros	(2.762)	(999)	(85)	(307)
Depreciação e amortização	(5.353)	(4.776)	(6.623)	(7.084)
Lucro (prejuízo) líquido	32.326	25.855	(20.612)	(56.002)

	Períodos de nove meses findos em			
Outros segmentos	Internet		TV	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita de clientes externos	365.308	266.599	495.980	199.546
Receita de juros	20.702	17.803	1.890	747
Despesa de juros	(7.900)	(5.013)	(959)	(807)
Depreciação e amortização	(15.209)	(16.268)	(11.873)	(14.518)
Lucro (prejuízo) líquido	97.513	87.421	(78.617)	(104.930)
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativos	872.142	964.944	1.416.375	853.202

O quadro a seguir apresenta os componentes das receitas por linha de produtos.

Períodos de três meses findos em		
	30/09/2013	30/09/2012
Residencial	2.564.461	2.489.878
Mobilidade pessoal	2.329.622	2.304.911
Empresarial / Corporativo	2.105.608	2.133.726
Outros serviços	99.392	109.833
Total	7.099.083	7.038.348

Períodos de nove meses findos em		
	30/09/2013	30/09/2012
Residencial	7.697.219	6.351.674
Mobilidade pessoal	6.901.106	5.547.519
Empresarial / Corporativo	6.338.025	5.500.449
Outros serviços	276.964	373.944
Total	21.213.314	17.773.586

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Ativos não circulantes (*)	
	Receitas de clientes		Receitas de clientes			
	Informações geográficas	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013
No país sede da entidade	7.045.149	7.020.906	21.133.802	17.721.299	37.968.198	34.850.577
Em países estrangeiros	53.934	19.721	79.512	58.009	3.204.994	3.451.120
Total	7.099.083	7.040.627	21.213.314	17.779.308	41.173.192	38.301.697

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados aos fundos de pensão e aos tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012
Ativo		
Contas a receber	189.453	204.489
BrT Call Center	5.943	3.142
BrTI	6.603	4.344
BrT CS	30	37
iG Brasil	3.028	3.985
BrT Multimídia	7.965	792
Oi Móvel	59.699	139.312
VANT		4
TMAR	94.865	49.838
Oi Internet	2.848	1.958
TNL PCS	8.472	1.077
Créditos com partes relacionadas	197.888	1.501
TMAR	196.253	
BrT Call Center		10
BrT Multimídia	68	15
BrTI	1.567	1.476
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	552.833	663.884
TMAR	349.833	368.424
BrT Multimídia		90.823
BrT CS	203.000	203.000
BrT Card		1.637
Outros	191.128	134.205
TMAR	60.422	40.281
TNL PCS	4.415	150
BrT Call Center	37.242	30.448
BrTI	266	266
BrT CS	100	94
iG Brasil	241	240
BrT Multimídia	23.801	17.645
Oi Móvel	64.641	45.081

	CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012
Passivo		
Fornecedores	450.016	296.715
BrT Call Center	133.403	62.089
BrT CS	96.928	47.084
iG Brasil	519	3.027
BrT Multimídia	41.013	12.042
Oi Móvel	59.642	103.866
TMAR	70.392	19.747
TNL PCS	43.882	8.880
Oi Internet	4.237	32.721
Pointer Networks		564
Paggo Administradora		6.695
Empréstimos e financiamentos	3.575.438	3.309.802
Oi Móvel	234.987	223.875
TMAR		1.487
Oi Holanda	3.340.374	3.084.440
BrT Call Center	77	
Debêntures	1.074.397	5.467.867
TMAR	1.074.397	879.633
TNL PCS		4.588.234
Demais obrigações	78.807	58.074
BrT Call Center	411	401
BrTI	24.174	24.915
iG Brasil	30	30
BrT Multimídia	31.382	20.048
Oi Móvel	13.058	11.790
BrT CS	10	10
TMAR	9.742	880

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas				
Receita dos serviços prestados	118.608	126.447		
BrTI	49	726		
BrT CS	(10)	499		
iG Brasil	1.636	2.457		
BrT Multimídia	3.472	2.325		
Oi Móvel	72.123	85.973		
VANT		359		
TMAR	31.124	27.631		
Oi Internet	370	487		
TNL PCS	9.844	5.990		
Outras receitas operacionais	10.998	12.555		
BrT Call Center	1.889	1.998		
BrT CS		1		
iG Brasil		387		
BrT Multimídia	72	663		
Oi Móvel	9.037	9.506		
Receitas financeiras	18.761	13.385		
BrT Call Center	379	1		
Oi Móvel	1.946	3.261		
VANT		168		
BrTI	38			
BrT Multimídia	2			
TNL PCS	2.217	1.048		
TNL Trading		27		
TMAR	14.179	8.880		

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas				
Receita dos serviços prestados	376.184	356.153		52.671
BrTI	2.259	2.113		
BrT CS	51	896		
iG Brasil	4.608	5.726		
BrT Multimídia	7.793	2.489		
Oi Móvel	246.011	249.491		
VANT		615		
TMAR	84.539	79.479		47.333
Oi Internet	1.300	1.666		1.620
TNL PCS	29.623	13.678		3.718
Outras receitas operacionais	37.015	38.615		
BrT Call Center	7.019	6.005		
BrT CS		1		
iG Brasil	585	1.392		
BrT Multimídia	1.474	1.937		
Oi Móvel	27.937	29.279		
VANT		1		
Receitas financeiras	52.579	33.266		48.233
BrT Call Center	471	1		
Oi Móvel	6.894	7.580		
VANT		575		
BrTI	96			
BrT Multimídia	2			
TNL PCS	7.025	3.961		
TNL Trading		60		
TMAR	38.091	21.089		48.233

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custos e despesas operacionais	(393.361)	(373.766)		
BrT CS	(21.708)	(27.863)		
BrT Multimídia	(9.788)	(10.458)		
Oi Móvel	(176.318)	(181.663)		
TMAR	(19.434)	(19.996)		
TNL PCS	(30.921)	(28.184)		
Pointer Networks	(36)	(819)		
Paggo Administradora	(416)	(492)		
Oi Internet	(2.198)	(10.573)		
BrT Call Center	(132.190)	(93.484)		
iG Brasil	(352)	(234)		
Despesas financeiras	(60.680)	(153.666)		
Oi Móvel	(5.611)	(4.349)		
TMAR	(23.910)	(27.724)		
Oi Holanda	(31.159)	(9.986)		
TNL PCS		(111.607)		

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custos e despesas operacionais	(1.137.670)	(1.030.013)		(58.163)
BrT CS	(59.440)	(72.917)		
BrT Multimídia	(29.192)	(28.581)		
Oi Móvel	(540.172)	(497.354)		
TMAR	(58.632)	(57.133)		(15.018)
TNL PCS	(85.315)	(75.385)		(37.090)
Pointer Networks	(2.905)	(2.555)		(808)
Paggo Administradora	(1.364)	(687)		(623)
Oi Internet	(6.313)	(26.597)		(4.624)
BrT Call Center	(353.242)	(267.266)		
iG Brasil	(1.095)	(1.538)		
Despesas financeiras	(198.944)	(512.603)		
Oi Móvel	(14.389)	(145.445)		
TMAR	(63.624)	(73.759)		
Oi Holanda	(87.199)	(9.986)		
TNL		(6.770)		
TNL PCS	(33.732)	(276.643)		

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2012 – 115% do CDI).

Debêntures privadas a pagar

Devido ao processo de simplificação societária comentado na Nota 1, as debêntures a pagar à TNL PCS foram transferidas no aumento de capital da controlada TMAR realizado em janeiro de 2013.

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR, TNL PCS e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. Em função da Reorganização Societária, os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos passaram a ter garantias e aval da Oi. A Companhia registrou no período findo em 30 de setembro de 2013, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 48.570 (30/09/2012 - R\$ 31.169). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 30 de setembro de 2013, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 327 (30/09/2012 – R\$ 378).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativo				
Contas a receber	2.341	984	16.474	11.526
Portugal Telecom	2.221	941	8.682	4.248
Unitel			1.348	2.278
Contax	120	43	5.837	4.930
Ability			60	
TODO			488	
PT Comunicações			59	
PT Inovação				70

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Passivo				
Fornecedores	14.237	8.461	46.224	48.214
Portugal Telecom	316	203	1.746	1.084
Contax	841	2.361	15.664	25.179
TODO	11.213	5.897	23.840	16.957
Ability				400
PT Inovação	1.712		4.617	4.523
PT Sistemas de Informação			130	
Veotex	155		227	71
Dividendos a pagar	225.270	203.298	225.270	203.298
Telemar Participações S.A.	81.713	67.948	81.713	67.948
Bratel Brasil S.A.	76.838	69.391	76.838	69.391
AG Telecom Participações S.A.	21.250	20.274	21.250	20.274
LF Tel. S.A.	21.250	20.276	21.250	20.276
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	17.231	16.038	17.231	16.038
BNDES Participações S.A. BNDESPAR	6.988	7.120	6.988	7.120
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF		1.870		1.870
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS		381		381

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita				
Receita dos serviços prestados	658	767	11.873	14.115
Portugal Telecom	419	464	2.778	3.207
Unitel			193	330
Contax	239	262	8.040	7.972
TODO		41	676	1.576
Ability			186	1.030

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita				
Receita dos serviços prestados	1.820	2.017	34.270	36.864
Portugal Telecom	1.231	1.437	8.457	6.859
Unitel			610	837
Contax	574	539	22.773	26.562
TODO	15	41	1.772	1.576
Ability			658	1.030

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(5.130)	(19.592)	(20.763)	(85.378)
Portugal Telecom	(55)	(94)	(622)	(1.080)
PT Inovação			(2.026)	(3.000)
PT Sistemas de Informação				(379)
PT Comunicações			(466)	
Veotex	(452)		(2.463)	(5.202)
TODO	(4.623)	(19.498)	(7.630)	(40.217)
Ability			(7.556)	(35.500)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(16.682)	(19.777)	(67.599)	(86.594)
Portugal Telecom	(175)	(279)	(1.773)	(2.296)
PT Inovação			(5.144)	(3.000)
PT Sistemas de Informação			(375)	(379)
PT Comunicações			(624)	
Veotex	(1.363)		(7.383)	(5.202)
TODO	(15.144)	(19.498)	(28.112)	(40.217)
Ability			(24.188)	(35.500)

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR, Oi Móvel e TNL PCS contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No período findo em 30 de setembro de 2013 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 52.637 (30/09/2012 – R\$ 34.679) na controladora e de R\$ 1.199.945 (30/09/2012 – R\$ 872.210) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (31/12/2012 – 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa “*holding*” do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2013 era de R\$ 682 milhões (31/12/2012 – R\$ 2.202 milhões), na controladora e R\$ 5.369 milhões (31/12/2012 – R\$ 6.367 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 110 milhões (30/09/2012 – R\$ 144 milhões) na controladora e R\$ 350 milhões (30/09/2012 – R\$ 338 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 12.154 na controladora e no consolidado (30/09/2012 – R\$ 9.021 na controladora e R\$ 11.737 no consolidado).

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Alteração do Diretor Presidente

Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Companhia, atendendo indicação da Telemar Participações S.A., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Oi e controladas, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Companhia, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa “*holding*” do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos “*workstreams*” conjuntos Oi/PT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

Cessão do direito de exploração comercial de torres

Em 11 e 19 de abril de 2013, a Companhia e sua controlada TMAR celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 1,09 bilhões. A conclusão da referida transação ocorreu no terceiro trimestre de 2013. Os valores recebidos antecipadamente em conexão com a transação de cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas foram registrados como Receitas a apropriar e são reconhecidos ao resultado pelo prazo dos respectivos contratos.

Em 12 de julho de 2013, a Companhia e sua controlada TMAR celebraram, com empresa especializada na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 687 milhões. A conclusão da referida transação está sujeita ao atendimento de certas condições precedentes que, até o momento, não foram atendidas.

GlobeNet

Conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2013, a Companhia celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. pelo qual se comprometeu a transferir a totalidade de sua participação societária na subsidiária BrT CS pelo valor total equivalente a R\$ 1.745.590, sujeito a determinados ajustes previstos contratualmente. A BrT CS, controladora integral do grupo “GlobeNet”, representa parte do segmento de telefonia fixa/dados do Grupo Oi mediante a prestação de serviços integrados de dados com pontos de conexão ótica nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil. Integra o escopo da transação a transferência do sistema de cabos submarinos de fibra ótica bem como o fornecimento de capacidade pela GlobeNet para a Companhia e suas controladas.

A referida transação está sujeita ao atendimento de certas condições precedentes previstas em contrato, incluindo a necessária aprovação dos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nas diferentes jurisdições em que a GlobeNet atua, nos termos e prazos da legislação pertinente.

Em conformidade com o CPC 31/IFRS 5, a Companhia classificou o grupo de ativos e de passivos da GlobeNet como ativos não circulantes mantidos para a venda e passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda, respectivamente, nas Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2013. As principais classes desses ativos e passivos estão demonstradas abaixo:

	30/09/2013
Ativos não circulantes mantidos para venda	
Caixa e equivalentes de caixa	233.329
Aplicações financeiras	37.709
Contas a receber	36.347
Tributos a recuperar	117.316
Imobilizado/Intangível	359.129
Outros ativos	73.784
Total	857.614
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda	
Fornecedores	40.541
Tributos a recolher	92.733
Adiantamentos de clientes	198.520
Outros passivos	5.784
Total	337.578

Desapropriação de imóvel

Em novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade da TMAR situado na Avenida Afonso Pena nº 4001, Serra, Belo Horizonte-MG. Atualmente, o imóvel é utilizado para fins administrativos pela Companhia.

Em 8 de julho de 2013, foi assinado um termo de aceitação de proposta financeira e demais condições para desapropriação do referido imóvel, onde ficou ajustado o recebimento do valor de R\$ 210.000 a título de indenização. Em setembro de 2013 a desapropriação foi concluída e a Companhia registrou um ganho de R\$ 173.459, registrado em outras receitas operacionais.

Alteração na Política de Remuneração ao Acionista para os exercícios sociais de 2013-2016

Em 13 de agosto de 2013, a Companhia, em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 358/2002, informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconômico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de investir no desenvolvimento dos negócios, decidiu reforçar a flexibilidade financeira da Companhia e modificar a Política de Remuneração aos Acionistas (“Política de Remuneração”) divulgada por meio de Fato Relevante de 17 de abril de 2012.

Neste sentido, o Conselho de Administração alterou a Política de Remuneração, e aprovou que, para os dividendos relativos aos exercícios sociais de 2013 a 2016, seja pago o valor estimado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que representa aproximadamente o mínimo dividendo capaz de atualmente atender os seguintes objetivos:

- (I) pagar dividendos de (i) 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou (ii) 3% do Patrimônio Líquido, ou (iii) 6% do Capital Social, o que for maior;
- (II) garantir um pagamento igualitário entre as espécies de ações preferencial e ordinária.

Será também permitido o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, sujeito às condições de mercado, à condição financeira da Companhia então prevalecentes e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A remuneração aos acionistas poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas.

Em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, que será imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

O pagamento ocorreu em 11 de outubro de 2013, tendo como base a posição acionária de 27 de setembro de 2013.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom, SGPS S.A. (“Portugal Telecom”), a AG Telecom Participações S.A. (“AG”), a LF Tel. S.A. (“LF”), a PASA Participações S.A. (“PASA”), a EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”), a Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”), a Avistar, SGPS, S.A. (“BES”) e a Nivalis Holding B.V. (“OnGoing”) celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia (“CorpCo”), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom.

A CorpCo, que poderá ser a Telemar Participações S.A. (“TelPart”) ou outra sociedade constituída para esse fim, reunirá os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e da TelPart, e combinará as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal e na África. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A transação consolidará a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, sendo os principais:

- (a) Aumento de capital da Oi no valor mínimo de R\$ 13,1 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 14,1 bilhões, a ser realizado mediante a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais da Oi, do qual o montante mínimo de R\$ 7 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 8,0 bilhões, será integralizado em dinheiro e aproximadamente R\$ 6,1 bilhões serão integralizados pela Portugal Telecom, ao mesmo preço por ação, através da contribuição de ativos da Portugal Telecom;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;

(d) Listagem das ações da CorpCo no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart;

(e) Incorporação das ações da Oi na CorpCo, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da CorpCo. Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos;

(f) Incorporação da Portugal Telecom pela CorpCo. No momento da sua incorporação na CorpCo, além das ações da CorpCo de sua titularidade, a Portugal Telecom não terá qualquer outro ativo nem terá qualquer passivo relevante, ou terá caixa ou equivalentes de caixa para quitar integralmente seu endividamento;

(g) Como resultado dos passos acima mencionados, os acionistas da Portugal Telecom receberão um número de ações da CorpCo equivalente ao número de ações da CorpCo detidas pela Portugal Telecom, imediatamente antes da incorporação referida no item anterior.

Após a conclusão da operação, as ações da CorpCo estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

A CorpCo irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Ao anunciar a operação, as companhias envolvidas divulgaram que, considerando os dados financeiros reportados para o exercício de 2012 da Portugal Telecom e da Oi, as receitas proforma da CorpCo alcançariam R\$ 37,5 bilhões, com um EBITDA de R\$ 12,8 bilhões e um “cash flow” operacional de R\$ 4,2 bilhões. Considerando numa base proforma o aporte em dinheiro de R\$ 8 bilhões no aumento de capital da Oi, a dívida líquida da CorpCo à data de 30 de junho de 2013 seria de R\$ 41,2 bilhões.